



EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA ALÉM DA PRISÃO

**GUIA COM PROPOSTAS E SUGESTÕES PARA O
FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO E
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO PRISIONAL**

**MÁRCIA DE SOUZA OLIVEIRA PAES LEME ALBERTO
LÉIA ADRIANA DA SILVA SANTIAGO
MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO**

EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA ALÉM DA PRISÃO

Guia com propostas e sugestões para o fortalecimento das políticas de formação e qualificação profissional da população prisional

Autores

Márcia de Souza Oliveira Paes Leme Alberto
Léia Adriana da Silva Santiago (Orientadora)
Marco Antônio de Carvalho (Coorientador)

Projeto Gráfico e Diagramação

Márcia de Souza Oliveira Paes Leme Alberto

Imagens

canva.com | gratispng.com | pixabay.com

Produto Educacional

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos - GO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos

A333e Alberto, Márcia de Souza Oliveira Paes Leme.

Educação e trabalho para além da prisão: guia com propostas e sugestões para o fortalecimento das políticas de formação e qualificação profissional da população prisional. / Márcia de Souza Oliveira Paes Leme Alberto. – Ceres, GO: IF Goiano, 2021.

84 f. : il. color.

Produto educacional

Orientadora: Dra. Léia Adriana da Silva Santiago.

Coorientador: Dr. Marco Antônio de Carvalho

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal Goiano Campus Ceres, Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2021.

1. Educação para o Trabalho. 2. Reintegração Social. 3. Prisão. I. Santiago, Léia Adriana da Silva. II. Carvalho, Marco Antônio de. III. Instituto Federal Goiano. IV. Título.

CDU 376.5+377

Fonte: Elaborado pela Bibliotecária-documentalista Morgana Guimarães, CRB1/2837



*A educação é um ato de amor, por isso,
um ato de coragem. Não pode temer o
debate. A análise da realidade. Não
pode fugir à discussão criadora, sob
pena de ser uma farsa.
Paulo Freire*

APRESENTAÇÃO

As prisões brasileiras, ao longo de sua história, têm sido alvo de debates e críticas nas mídias e nas produções científicas pela forma como têm conduzido o processo de aprisionamento e de execução da pena. O encarceramento em massa, as superlotações e a insuficiência de vagas para abrigar o montante substancial de sujeitos em débito com a lei têm revelado um problema que vai além das condições estruturais precárias e insalubres do sistema prisional.

A população prisional tem crescido exorbitantemente ao longo dos anos, colocando o Brasil entre os países que mais prendem no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e China (CONNECTAS, 2020). No entanto, esse aprisionamento exacerbado como forma de conter os avanços da criminalidade não tem refletido na redução dos índices de violência, que continuam crescendo expressivamente. Além disso, se considerarmos os casos de reincidência criminal, a situação se torna mais alarmante. Em média, 30% a 80% dos egressos do sistema prisional retornam à criminalidade, a depender de cada Estado (IPEA, 2015).

Alguns argumentos têm sido apontados para o caos do sistema prisional como o quantitativo de presos provisórios à espera de julgamento e que poderiam cumprir penas alternativas em regime aberto; a morosidade da justiça na condução dos processos e julgamentos; as condições insalubres e desumanas a que são submetidos os sujeitos encarcerados, que por si só ferem os direitos fundamentais de dignidade humana, repercutindo no aumento da violência nos espaços prisionais e desencadeando em motins e rebeliões; a precariedade estrutural; a ociosidade e a carência de políticas públicas, ações e programas de formação e qualificação profissional focados na reintegração social dos egressos; entre outros.

Ademais, percebe-se que essa lógica de prender para punir e punir para reeducar tem provocado um efeito bumerangue, uma vez que a prisão, com seu *modus operandi*, ao invés de preparar os seus custodiados para que eles tenham condições de reintegrar à sociedade, tem devolvido sujeitos mais violentos e mais suscetíveis de reincidir no crime e, conseqüentemente, de reingressar ao cárcere. Apesar disso, Foucault (1999)

acredita que ainda não existe outro instrumento para colocar em seu lugar, sendo ela necessária ao Estado para fazer valer o seu *jus puniendi* (GRECO, 2017). Todavia, o sistema prisional, com todo o seu aparato legal e disciplinar, não pode se restringir apenas à sua função punitiva, é preciso avançar numa perspectiva mais humanizadora de encarceramento, tanto no sentido arquitetônico e estrutural, quanto no sentido de qualificação e formação profissional, humana, política e social dos seus tutelados.

Essa parece ser uma tarefa árdua e difícil, não só pela precariedade de políticas públicas destinadas aos internos e egressos do sistema prisional, mas, principalmente, pelas condições objetivas, históricas, culturais e sociais que esses sujeitos estão inseridos e que não podem ser isoladas dos processos formativos. Ademais, existe outro fator de grande impacto que é o rótulo de ex-presidiário que eles carregam ao sair da prisão, o que gera preconceito e insegurança por parte da sociedade, dificultando, assim, o ingresso no mundo do trabalho formal.

Assim, ao propor alternativas ao sistema prisional, é preciso compreender que a população carcerária representa uma parcela da sociedade que em algum momento de suas vidas tiveram seus direitos

negados e isso se confirma pela análise do perfil dos presidiários. Eles são, em sua maioria, jovens do sexo masculino, entre 18 a 29 anos, negros, pobres, baixa escolaridade, com pouca ou nenhuma qualificação profissional (FBSP, 2020). A maioria sequer concluiu o ensino fundamental completo (BRASIL, 2018d). Além disso, a participação em atividades educativas ofertadas nas prisões não chega a 11% (MOURA, 2019), o que representa mais um desafio a ser superado. Isso nos leva a refletir sobre a função educativa e ressocializadora da pena e o papel das políticas públicas de encarceramento e de reintegração social dos sujeitos que se encontram sob a custódia do Estado.

Considerando o perfil desses sujeitos, os elevados índices de reincidência, a carência de ações e programas de qualificação e formação profissional nos presídios, bem como as dificuldades enfrentadas para ingressar no mundo do trabalho formal, este guia traz algumas propostas e alternativas que podem ser adotadas pelos sistemas prisionais no sentido fomentar e fortalecer os processos formativos direcionados à população carcerária.

Ele foi elaborado no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF

Goiano), *Campus Morrinhos-GO*, e é parte integrante da dissertação “Educação, trabalho e reintegração social na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Ituiutaba-MG”.

Trata-se de um produto educacional produzido a partir de pesquisa realizada Na APAC do município de Ituiutaba-MG, cujos resultados apontaram para uma carência, diga-se ausência, de cursos de formação e qualificação profissional dentro desse ambiente prisional. Assim sendo, esse guia tem como objetivos: propor alternativas para o fortalecimento das políticas de formação e qualificação profissional para a população carcerária brasileira; promover a inclusão digital dos sujeitos privados de liberdade por meio de cursos de formação e qualificação profissional e social com o uso de computadores e tecnologias digitais; promover e ampliar o nível de qualificação profissional dos sujeitos privados de liberdade, para que eles possam ter maiores chances de ingressar no mundo do trabalho, considerando que os estigmas carregados pelos egressos do sistema prisional por si só são excludentes e que o conhecimento e o domínio das tecnologias pode ser um diferencial para a reintegração socioproductiva desses sujeitos; articular a formação profissional com a Educação de Jovens

e Adultos (EJA) ofertada nas prisões, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996); fortalecer a política de remição da pena por meio do trabalho e do estudo (BRASIL, 1984); aproximar o sistema prisional da sociedade por meio de parcerias com empresas, órgãos e instituições de ensino; fomentar o ingresso no mundo do trabalho por meio de cursos que atendam à demanda local, de forma a reduzir a taxa de reincidência criminal/prisional e, conseqüentemente, a redução da população prisional.

Ainda, é importante considerar que a formação profissional é inerente à própria função da pena e deve ser articulada com outras políticas que proporcionem condições para a efetiva reintegração social dos sujeitos privados de liberdade, quando do seu retorno à sociedade, justificando-se, assim, a necessidade urgente de implantação de políticas e programas de qualificação profissional dentro dos sistemas prisionais, que proporcionem condições reais de participação e acesso a cursos de formação de qualidade e de acordo com as demandas locais do mercado de trabalho, que podem ser viabilizados em parceria com outras instituições e com a implantação de oficinas e laboratórios de informática, que

possibilitem o acesso a tecnologias digitais.

Nesse sentido, esperamos que esse guia seja um norteador para a implantação de programas e projetos de formação e qualificação profissional que possam promover de fato a

inclusão e a reintegração social e produtiva da população prisional, por considerarmos esse o caminho viável que poderá surtir efeitos positivos na redução dos índices de reincidência criminal e, conseqüentemente, no reingresso ao sistema prisional.

SUMÁRIO

03	APRESENTAÇÃO
09	1. CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A EDUCAÇÃO REINTEGRADORA
09	1.1 Implantação de laboratórios de informática no sistema prisional
14	2. PLATAFORMAS DIGITAIS COM CURSOS E MATERIAIS FORMATIVOS
15	Quadro 1 - Plataformas de cursos e materiais
25	3. PROJETO ALVORADA: INCLUSÃO PRODUTIVA DE PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL
28	Quadro 2 - Instituições que aderiram ao Projeto Alvorada
30	3.1 Documentos e materiais sobre o Projeto Alvorada: inclusão social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional
32	4. PROGRAMA FAZENDO JUSTIÇA
36	5. PROGRAMA NOVOS CAMINHOS
38	6. PROJETO COMEÇAR DE NOVO
40	7. PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC) - EIXO PRISIONAL
42	8. CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (CENED)
43	9. FUNDAÇÕES DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO (FUNAP)
43	9.1 Fundação “Professor Dr. Manoel Pedro Pimentel” de Amparo ao Preso (FUNAP)
44	9.2 Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP/DF)
46	10. FORTALECENDO A FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: BUSCANDO NOVAS PARCERIAS
46	10.1 Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)
47	10.2 Nações Unidas no Brasil – Organização das Nações Unidas (ONU)
48	10.3 Organização Internacional do Trabalho (OIT)
49	10.4 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
50	10.5 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
51	10.6 Instituto Humanitas360 (H360)
52	10.7 Instituto Veredas
54	11. CAPTAÇÃO DE RECURSOS
54	11.1 Plataforma +Brasil

56	11.2 Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN)
57	11.3 Fundo Brasil de Direitos Humanos
58	11.4 Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) – Fundo Social
59	11.5 Programa de Assistência para Projetos Comunitários (APC) – Consulado do Japão no Brasil
60	11.6 Fundação Interamericana (IAF)
60	11.7 BrazilFoundation
61	11.8 Instituto Nelson Wilians
62	11.9 Instituto Selo Social
62	11.10 Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)
63	11.11 Porticus
64	11.12 Prosas
64	11.13 Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR)
65	11.14 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
65	11.15 Eletrobras
66	11.16 Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) Brasil
66	11.17 Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)
67	11.18 Fundação Ford
67	11.19 Fundação Telefônica Vivo
68	11.20 Global Innovation Fund (GIF)
68	11.21 Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE)
69	11.22 Instituto Legado
69	11.23 Instituto Unibanco
70	11.24 Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSCs)
70	11.25 Oi Futuro
71	11.26 OPEC FUND - Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional
71	11.27 Open Society Foundations
72	12. MATERIAIS E CURSOS
73	13. ACOMPANHAMENTO
78	14. CONSIDERAÇÕES FINAIS
80	REFERÊNCIAS
84	OS AUTORES

01

CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A EDUCAÇÃO REINTEGRADORA

A partir das demandas apontadas pelos recuperados da APAC de Ituiutaba-MG e com base nos objetivos aqui mencionados, organizamos um guia contendo os seguintes desdobramentos: implantação de laboratórios de informática; plataformas com oferta de cursos de formação e qualificação profissional na modalidade a distância; implantação e disseminação de programas já existentes; parcerias com entes públicos e privados para o fortalecimento das ações de formação e qualificação profissional; captação de recursos junto a instituições públicas e privadas, nacionais e/ou internacionais, que ofertam programas de fomento para projetos de infraestrutura e áreas da educação, trabalho e direitos humanos; e instituição de comissão mista para a implantação e acompanhamento das políticas de formação e qualificação profissional da população carcerária.

1.1 Implantação de laboratórios de informática no sistema prisional

Nunca se falou tanto em tecnologias como nos últimos tempos, principalmente nesse momento de pandemia, provocada pela Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), em que as empresas, escolas e comunidade em geral precisaram se adaptar a uma nova rotina de estudos e trabalho, em função das normas de isolamento e distanciamento social, regulamentadas pelo Ministério da Saúde e pelos



Reprodução/Pixabay

demais órgãos dos estados e municípios, para conter os avanços e a disseminação da doença e que provavelmente irá afetar a dinâmica de trabalho após o retorno ao “novo normal”.

O uso de computadores e celulares nos ambientes escolares e de trabalho se tornou frequente e quase que uma exigência do mundo moderno. As tecnologias, associadas ao uso de computadores/dispositivos com acesso à internet, contribuem favoravelmente para a dinamicidade, agilidade e otimização dos processos de trabalho. Elas impulsionam o desenvolvimento econômico e social, aceleram a comunicação entre os diversos setores, órgãos e comunidades, promovendo o acesso à informação de diversos pontos do globo. Além disso, é importante considerar a grande contribuição da tecnologia no desenvolvimento de pesquisas nas diversas áreas, principalmente na área da saúde, com impactos significantes na melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse cenário, marcado pela disseminação e consumo em massa das tecnologias, em que as informações estão em constante volatilidade, a escola deixou de ser fonte principal de conhecimento. No entanto, ela pode fomentar os processos formativos com uso das tecnologias, viabilizando a inclusão digital dos alunos e o acesso às informações de forma crítica e reflexiva (LÖBLER; LÖBLER; NISHI, 2012; GOMES; MOITA, 2016).

Ademais, para acompanhar as novas demandas exigidas pelo mundo do trabalho, além da formação profissional, os conhecimentos em informática e o domínio da tecnologia podem se tornar diferenciais significativos nos processos seletivos.

Com base no exposto, o projeto de implantação de um laboratório de informática no sistema prisional visa atender à determinação da Lei de Execução Penal (LEP) quanto à instrução escolar e à formação profissional (BRASIL, 1984), sendo de extrema relevância para a promoção da reintegração social dos sujeitos privados de liberdade. Portanto, essa proposta pode ser uma alternativa viável para atender às carências de programas de formação profissional no sistema prisional por

possibilitar a inclusão digital, a participação em cursos de formação em modalidades de ensino a distância, além de fortalecer os processos educacionais e o fomento à prática de leituras, por meio do acesso a bibliotecas e obras literárias digitais.

O laboratório de informática pode ser construído no formato de sala de aula, em tamanho e *layout* apropriados, em local seguro e protegido de instalações hidráulicas que possam gerar infiltrações ou alagamentos, com vedação que impeça a entrada de poeiras, conforme sugestões abaixo (BRASIL, 2008):

- ☑ Aterramento e instalação elétrica compatível com as Normas Técnicas e equipamentos eletrônicos;
- ☑ Piso nivelado e sem batentes para evitar quedas e acidentes;
- ☑ Piso em material (madeira, cimento, cerâmica ou equivalente) que não gere energia estática com o atrito, evitando, assim, descargas elétricas que possam danificar os equipamentos;
- ☑ Iluminação adequada ao uso dos computadores nos três turnos. Deve-se evitar o contato direto da luz solar nos aparelhos para que não danifiquem no decorrer do tempo, assim como deve evitar, também, a instalação de lâmpadas em locais que possam gerar reflexos no quadro branco;
- ☑ Instalação de janelas que permitam uma boa ventilação do ambiente, com persianas ou cortinas que bloqueiem o contato da luz solar nos aparelhos.

Ele pode ser adaptado com materiais como:

- ☑ Bancadas ou mesas para uso dos computadores;
- ☑ Computadores em quantidade suficiente para atender à demanda da instituição, podendo trabalhar em escala de revezamento, em dias e horários alternados, buscando contemplar o maior número possível de usuários. Eles devem ser organizados e distribuídos de forma a promover uma melhor visualização das atividades que estão sendo realizadas pelos alunos/cursistas;

- ☑ Cadeiras de rodinhas sem braços;
- ☑ Armário para guardar materiais;
- ☑ Kits multimídia;
- ☑ Impressora multifuncional com *toner*/cartucho de tinta;
- ☑ *Modems*/roteadores;
- ☑ Ventiladores ou aparelhos de ar condicionado, caso não haja uma boa ventilação, de forma a evitar o superaquecimento dos aparelhos e o desconforto dos usuários durante a realização as atividades;
- ☑ Aparelho projetor para apresentação das aulas, *slides*, vídeos etc.;
- ☑ Estabilizadores (evitam que os aparelhos danifiquem durante quedas de energia);
- ☑ Lousa digital ou quadro branco;
- ☑ *Pen drives*;
- ☑ Pincéis e apagadores para quadro branco;
- ☑ Apostilas e/ou livros, caderno para anotações, lápis, caneta e borracha;
- ☑ Sistema operacional (Microsoft Windows, Linux, Mac OS etc.), antivírus, *browser* (navegador) de internet, *softwares* de edição de textos, planilhas, *slides*, entre outros, de acordo com as necessidades das atividades formativas, podendo ser adquiridos gratuitamente.

Como sugestão para o desenvolvimento e construção desta sala específica, o primeiro passo seria constituir uma comissão local, composta por membros do sistema prisional e sociedade civil, que ficaria responsável pela formação profissional no presídio, desde a elaboração de projetos até a finalização da obra e implantação dos cursos, conforme detalhado mais adiante. Em seguida, buscar parcerias com prefeituras, órgãos da justiça, instituições de ensino, ministério público, Ordem dos Advogados, Defensoria Pública, empresas e instituições. Por fim, delegar membros da comissão para atuar na captação de recursos junto a instituições e agências de fomento, por meio de editais e programas que atendam às demandas específicas de cada ação planejada. Essas instituições fomentam projetos

em diversas áreas e setores, como a construção, aquisição de aparelhos, equipamentos, mobiliários, oferta de cursos etc.

A comissão ficaria responsável por elaborar um projeto contendo os dados do sistema prisional, objetivos da ação, orçamento detalhado, lista de todos os materiais e serviços que serão contratados, desde o planejamento até a finalização do projeto, com especificações de quantidades, valores, descrição, fornecedores, data de execução/entrega, cronograma detalhado com todos os prazos e etapas de execução do projeto, entre outras informações pertinentes, e submetê-lo aos editais e programas de financiamento que atendam cada uma das demandas específicas.

Poderão ser elaborados quantos projetos forem necessários para atender cada uma das ações e de acordo com cada programa de financiamento. O Consulado do Japão no Brasil, por exemplo, possui um programa que financia projetos para a construção ou reforma de imóvel próprio, aquisição de equipamentos e/ou bens permanentes; a Fundação Telefônica Vivo trabalha com programas na área de educação e empreendedorismo; a Porticus financia projetos na área de educação, cultura e direitos humanos, assim como a BrazilFoundation, o Instituto Selo Social, a Oi Futuro, a Open Society Foundations, entre outras. Nas páginas seguintes, disponibilizamos informações mais detalhadas destas e de outras instituições que financiam programas e projetos, além de alguns materiais de apoio para a equipe que deseja trabalhar com a captação de recursos.

Além disso, sugerimos, também, a criação de um grupo de monitores entre os internos do próprio sistema prisional, de acordo com o perfil e o interesse, para que eles auxiliem nos processos formativos e, ao mesmo tempo, possam exercer o espírito de liderança, a responsabilidade e o compromisso com a função e com os companheiros.

02

PLATAFORMAS DIGITAIS COM CURSOS E MATERIAIS FORMATIVOS

Nesse espaço disponibilizamos os *links* de algumas plataformas digitais que oferecem cursos em diversas áreas do conhecimento na modalidade de ensino a distância (EaD). São cursos livres, de curta e média duração, abertos à comunidade, ofertados por diversos órgãos, instituições de ensino, organizações, empresas etc., que visam promover a capacitação para a reinserção no mundo do trabalho. Alguns, inclusive, com tutorias e emissão de certificados gratuitos.

Por se tratar de cursos *on-line*, para participar é necessário o uso de computadores, *tablets* ou *smartphones* com acesso à internet. Algumas plataformas oferecem materiais (vídeos, apostilas, *e-books*, entre outros) que podem ser salvos no computador e/ou impressos para estudos *off-line*.

Há cursos em diversas áreas e níveis de conhecimento, podendo atender tanto as demandas dos estudantes quanto dos profissionais/docentes. Eles podem ser excelentes aliados nos processos de ensino-aprendizagem.

Os *sites* que compõem esse material foram separados cuidadosamente, levando em consideração as peculiaridades do sistema prisional e as demandas de formação apontadas pelos recuperandos da APAC de Ituiutaba-MG. Na seleção, foram priorizados os *sites* que oferecem formação gratuita e com emissão de certificados gratuitos, em sua maioria. Também foram considerados de suma importância os cursos que trabalham com a autonomia, o espírito empreendedor, a formação humana e social, como aqueles que são ofertados pelos Institutos Federais e Universidades. Além disso, foram incluídos alguns *sites* de bibliotecas digitais, com vasto material bibliográfico, artístico e cultural, para que os cursistas possam explorar e enriquecer o conhecimento por meio da leitura, além de contribuir para o fortalecimento da política de remição da pena.

Como a proposta é apontar caminhos para a formação profissional, mesmo existindo alguns cursos ofertados pela iniciativa privada, considerando que esse é um mercado em ascensão e que há interesses mercadológicos na oferta de formação, é importante frisar que todos têm sua relevância, dadas as carências do sistema prisional, contudo, damos destaque àqueles ofertados pelas instituições públicas. Tais cursos geralmente são ministrados por professores com níveis mais avançados de formação profissional e com vasta experiência na área de atuação. Visam trabalhar tanto a formação profissional quanto a formação humana e social dos cursistas, tão necessárias à inclusão e emancipação do ser humano e à sua inserção social e produtiva.

Quadro 3 – Plataformas de cursos e materiais

PLATAFORMAS DIGITAIS COM OFERTA DE MATERIAIS E CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL		
Instituição	Descrição	Cursos/Link
Ateliê Digital do Google	Nesse espaço são ofertados cursos de curta duração na área de Marketing Digital, Desenvolvimento de Carreira, Dados e Tecnologia. Todos os cursos são gratuitos, com certificação gratuita.	Elaboração e edição de currículo, Marketing Digital, Como falar em público, entre outros. https://learndigital.withgoogle.com/ateliedigital/courses
AVAMEC	A AVAMEC é uma plataforma do Ministério da Educação (MEC) que disponibiliza cursos gratuitos em diversas áreas e níveis, tanto para estudantes quanto para profissionais. Os certificados são gratuitos e emitidos após conclusão e aprovação no curso.	Cursos na área da educação (várias disciplinas), Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs), Esporte e Atletismo, EJA, Ética e Cidadania, entre outros. https://avamec.mec.gov.br
Brasil Mais Digital	Trata-se de um projeto de qualificação que visa estimular o crescimento do setor tecnológico por meio da oferta de cursos gratuitos na modalidade EaD. Após conclusão e aprovação, o aluno tem direito a certificado gratuito.	Cursos de Introdução à Tecnologia da Informação, programação, desenvolvimento de competências, conteúdos gamificados, Informática (Word, Excel, PowerPoint, Internet etc.), Idiomas, entre outros. http://www.brasilmaisdigital.org.br/index.php/pt-br/

Centro Paula Souza (CPS)	A plataforma oferece cursos Técnicos EaD, <i>on-line</i> e semipresenciais, EJA, Cursos Livres, Microcursos e Especialização Técnica, todos gratuitos. Em cada modalidade há orientações de matrículas e certificação com link de acesso à plataforma de acesso ao curso.	Cursos livres de Vendas, Mercado de trabalho, Gestão de Conflitos, Gestão de Pessoas, Gestão do Tempo, Idiomas, AutoCad, Felicidade, entre outros. Cursos Técnicos em Administração, Comércio e Secretariado, com apostilas e videoaulas que podem ser baixadas no computador. https://portalgeead.cps.sp.gov.br/
Certificado Cursos Online	Plataforma de ensino a distância com mais de 250 cursos livres e gratuitos de qualificação e aperfeiçoamento profissional em diversas áreas do conhecimento. Cursos com certificação gratuita.	Comunicação e Vendas, Concursos Públicos, Construção Civil, Contabilidade e Finanças, Administração, Direito, Educação, Gastronomia, Idiomas, Informática, Meio Ambiente, Música, Nutrição, Recursos Humanos, Psicologia, Segurança do Trabalho, Veterinária, Saúde e Bem Estar, entre outros. https://certificadocursosonline.com/
Conecta	Escola Virtual criada e mantida pela Superintendência de Educação do Serpro, com oferta de algumas opções de cursos livres e gratuitos do catálogo de cursos virtuais, disponíveis a qualquer cidadão com acesso à internet. Os certificados são gratuitos.	Assédio Moral, Comunicação e Linguagem, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Informática, Administração do Tempo, Liderança, Gestão de Equipe e Relacionamento Interpessoal, Português, entre outros. https://conecta.serpro.gov.br/
Cursa	Plataforma de cursos livres e gratuitos de qualificação profissional em diversas áreas do conhecimento, com emissão de certificado gratuita.	Manutenção de automóveis, Eletrônica, Secretariado e Recepção, Artesanato, Operador de Caixa, Barbearia, Pedagogia, Construção Civil, Moda, Corte e Costura, Segurança, Logística, Segurança do Trabalho, Manutenção de Motocicletas, Estoquista, Marcenaria de Móveis, Soldagem, Agronegócio, Garçom e Barman, Gráfica, Informática, ENEM (várias disciplinas), Concursos, Idiomas, Direito, Gestão e Negócios, Arte e Design, Saúde, Culinária, Confeitaria, Estética, entre outros. https://cursa.app/pt/
Cursos iPED	É uma plataforma que oferece centenas de cursos gratuitos e pagos em diversas áreas do	Educação, Idiomas, Informática e TI, Animação e Design, Culinária e Gastronomia, Confeitaria, Contabilidade, Desenvolvimento

	<p>conhecimento. Os certificados digitais são gratuitos.</p> <p>Na versão gratuita, os alunos tem direito a 1 curso por mês, com direito a 4 aulas (10 horas/curso). Além disso, há os planos mensais e anuais.</p>	<p>Pessoal, Direito, Artesanato, Estética e Beleza, Gestão e Liderança, Iniciação Profissional, Recursos Humanos, Vendas, Fotografia, entre outros.</p> <p>https://www.iped.com.br/cursos-gratis</p>
Cursou	<p>É um site que oferece cursos livres e gratuitos em diversas áreas do conhecimento. Os certificados são gratuitos, porém, nem todos os cursos possuem certificação.</p>	<p>Informática, Idiomas, Administração, Design, Música, Educação, Negócios, Direito, entre outros.</p> <p>https://www.cursou.com.br/</p>
Duolingo	<p>Plataforma desenvolvida para a oferta de cursos de idiomas gratuitos, semelhante a um jogo, com vários recursos para deixar o aprendizado mais divertido e mais dinâmico. O curso pode ser acessado via web ou por meio de aplicativos Android e iOS. Existe o recurso ofertado às escolas, que permite a criação de turmas para oferta dos cursos. Além disso, a companhia criou o Duolingo English Test, uma certificação de idiomas aceita por diversas universidades do mundo, com cobrança de taxa para emissão.</p>	<p>Inglês, Espanhol, Francês, Italiano, Alemão e Esperanto.</p> <p>https://www.duolingo.com</p>
Educação Livre (EduLivre)	<p>É uma plataforma divertida e inovadora que surgiu da iniciativa do Sesi, em parceria com a Unesco do Brasil, com oferta de diversos cursos e trilhas formativas, conectados com processos seletivos para vagas de emprego, para quem almeja oportunidades de trabalho e estudo. Os cursos e os certificados são gratuitos.</p>	<p>Arte e Cultura, Informática, Autoconhecimento e Autocuidado, Aprender a Aprender, Atenção e Foco, Cidadania, Ciências e Curiosidades, Comunicação, Educação Financeira, Empreendedorismo, Inteligência Emocional, Matemática, Mundo Digital, Planejamento e Organização, Português, Profissionalismos, Relacionamento Interpessoal, Resolução de Problemas etc.</p> <p>https://www.edulivre.org.br/</p>
Escola Virtual de Governo (EV.G)	<p>O portal oferece um catálogo de cursos de capacitação profissional das principais escolas de governo e centros de capacitação da Administração Pública, que podem ser acessados</p>	<p>Educação e Docência, Gestão de Pessoas, Políticas Públicas, Governança e Gestão de Riscos, Orçamento e Finanças, Tecnologia da Informação, Ética e Cidadania, entre outros.</p> <p>https://www.escolavirtual.gov.br/</p>

	virtualmente tanto por servidores quanto por cidadãos. Os cursos e os certificados são gratuitos.	
Eskada UEMA	Plataforma desenvolvida pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), com oferta de cursos abertos e gratuitos, tanto para estudantes quanto para profissionais de diversas áreas. Os certificados são gratuitos e emitidos pela UEMA, após conclusão e aprovação no curso.	Educação Ambiental, Gestão de Pessoas, Alimentos, Libras, Mineração, Idiomas, Psicologia, Produção de peixes e mariscos, Multimeios, Noções de Direito Administrativo, Biodiversidade, Dificuldades de Aprendizagem, Desenvolvimento Humano e Educação, Negociação, entre outros. https://eskadauema.com/
Fiocruz (Campus Virtual)	No site da instituição existem vários cursos gratuitos ofertados na forma presencial e/ou a distância, com emissão de certificados.	A instituição está ofertando o curso livre, a distância, com carga horária de 110h, de Aperfeiçoamento em Atenção à Saúde no Sistema Prisional, aberto a todos os públicos que interessarem pelo tema. https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=node/59233
Fundação Bradesco	A Escola Virtual Bradesco é uma plataforma com oferta de mais de 100 cursos profissionais gratuitos de curta duração em diversas áreas. Há emissão de certificado gratuito, após aprovação no curso.	Administração, Contabilidade e Finanças, Desenvolvimento Pessoal e Profissional, Educação, Tecnologia e Informática etc. https://www.ev.org.br/
Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG)	A Fundação oferece cursos gratuitos em diversos níveis de ensino (nível técnico, qualificação, extensão e ensino a distância), com foco na profissionalização e inserção no mercado de trabalho da população com maior grau de vulnerabilidade.	Marketing Pessoal, Direitos Humanos, Ética e Cidadania, Sustentabilidade, Desenvolvimento de Líderes, Português, Matemática, Informática, Segurança na Construção Civil, entre outros. https://utramig.mg.gov.br/
GYN Cursos Online	É uma plataforma especializada na oferta de ensino a distância, com diversos cursos livres de qualificação profissional, organizados por áreas, com emissão de certificado digital gratuito. Para os cursistas que desejarem um certificado impresso e com maiores detalhes, será cobrada uma	Administração, Direito, Educação/Pedagogia, Engenharia Civil e Arquitetura, Engenharia de Produção, Informática, Tecnologia, Marketing Digital, Matemática, Idiomas, Beleza, Biologia, Química, Energia, Confeção, Desenho, Design Gráfico, Economia, Edição de Vídeo, Gastronomia, Gestão de Pessoas, Hotelaria, Música, Programação, Psicologia,

	taxa de emissão.	Recursos Humanos, Saúde, Som e Edição de Áudio, Vendas, entre outros. https://gyncursos.com.br/
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)	A instituição oferece cursos profissionais em diversas áreas e modalidades. Há um espaço para cursos livres e gratuitos, na modalidade EaD, abertos à comunidade externa, com emissão de certificado.	Ambiente e Saúde, Ciências Exatas, Ciências Humanas, Educação, Gestão de Negócios, Idiomas, Línguas e Literatura, Informática, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Turismo e Hospitalidade, entre outros. https://moodle.ifrs.edu.br/course/index.php?categoryid=38
Instituto Nacional de Ensino a Distância (GINEAD)	Plataforma que oferece cursos livres e gratuitos de capacitação profissional em diversas áreas do conhecimento. Após conclusão, caso o cursista tenha interesse no certificado, deverá efetuar pagamento de taxa de emissão do documento.	Administração, Comunicação e Marketing, Construção Civil, Contabilidade e Economia, Design, Direito, Educação, Eletricidade e Eletrônica, Gastronomia, Idiomas, Inclusão Social, Informática, Mecânica e Indústria, Meio Ambiente, Recursos Humanos, Saúde e Bem Estar, Segurança do Trabalho, Profissões, entre outros. https://www.ginead.com.br/
Khan Academy	É uma organização sem fins lucrativos que disponibiliza conteúdos gratuitos para estudantes do Ensino Fundamental e Médio. A plataforma oferece recursos e ferramentas para criação de sala de aulas virtuais e cursos de formação destinados a professores.	Matemática por ano (BNCC), Ciências por ano (BNCC), Português por ano (BNCC), Economia e Finanças, Ciências Humanas, Ciências e Engenharia, Computação, Matemática Avançada etc. https://pt.khanacademy.org/about
Kultivi	É uma plataforma que oferece mais de 80 cursos gratuitos de média e longa duração em diversas áreas, que podem servir tanto para alunos quanto para profissionais. Há também outros materiais que podem ser adquiridos por assinatura. Os certificados são gratuitos.	Idiomas (Francês, Espanhol, Inglês, Italiano, Alemão) Concursos (diversas áreas do Direito, Redação, Matemática, História, Arquivologia etc.), Carreira e Negócios (Coaching, Empreendedorismo, Mindfulness, Marketing Digital, Excel, Autocad etc.), ENEM (várias disciplinas), OAB, SUS etc. https://www.kultivi.com/
Learncafe	É uma plataforma que oferece mais de cinco mil cursos livres de qualificação profissional em diversas áreas (gratuitos e pagos), na	Administração e Negócios, Agricultura e Horticultura, Arte e Entretenimento, Autoajuda, Ciências Exatas, Ciências Humanas, Direito, Educação, Esporte, Gastronomia, Idiomas, Informática e

	modalidade EaD. São quase 2.000 cursos gratuitos. O site cobra taxa de emissão de certificados para os alunos que concluírem o curso e manifestarem interesse no documento.	Internet, Meio Ambiente, Marketing e Publicidade, Moda e Beleza, Música, Segurança e Medicina do Trabalho, Saúde, Sexualidade, Religião e Teologia, entre outros. https://www.learncafe.com/
Loecsen	Plataforma oferece curso de iniciação completo e gratuito em 40 idiomas, com material em mp3 e pdf para download que pode ser acessado <i>off-line</i> em qualquer lugar.	Alemão, Russo, Chinês, Inglês, Ucrainiano, Japonês, Espanhol, Polonês, Coreano, Catalão, Tcheca, Vietnamita, Português, Corata, Hindi, Francês, Estoniano, Tailandês, Italiano, Lituano, Idonésio, Grego, Húngaro, Árabe, Holandês, Romeno, Birmanês, Norueguês, Letão, Turco, Sueco, Búlgaro, Hebraico, Dinamarquês, Eslovaco, Persa, Finlandês, Sérvio, Armênio, Bretão, Albanês. https://www.loecsen.com/pt
Mundo Senai	A escola digital Senai oferece cursos (pagos e gratuitos) em diversas áreas e níveis, desde cursos livres de qualificação profissional a cursos de pós-graduação, nas modalidades presenciais, semipresenciais e EaD, todos com emissão de certificados.	Gestão, Tecnologia e Informação, Alimentos e Bebidas, Construção Civil, Automação, Logística, Meio Ambiente, Metalmeccânica, Automotiva, Educação, Segurança do Trabalho, Empreendedorismo, entre outros. https://loja.mundosenai.com.br/
Plataforma +IFMG	Plataforma criada pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) para a oferta de cursos livres gratuitos na modalidade a distância, com direito à emissão de certificado <i>on-line</i> gratuito, após finalização e aprovação no curso.	Comunicação, Concursos e Vestibulares, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Idiomas, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, entre outros. https://mais.ifmg.edu.br/
Plataforma Eskada	Plataforma criada pela Universidade Estadual do Maranhão para a disseminação de cursos na modalidade a distância. Os cursos e os certificados são gratuitos.	Alimentos, Direito, Educação, Gestão, Idiomas, Saúde, Tecnologia, entre outros. https://eskadauema.com/
Portal Domínio Público	Trata-se de uma biblioteca digital, editada pelo Ministério da Educação do Brasil, para o compartilhamento de conhecimento, bem como o desenvolvimento da educação e da cultura, de	Há um acervo gigantesco, organizado por categorias como sons (músicas de vários estilos), imagens (fotografia, gravura, ilustração, mapa, pintura, satélite etc.), textos/livros (Administração, Agronomia, Arquitetura, Artes, Direito, Direitos Humanos, Educação, Engenharia,

	<p>forma livre e gratuita. O usuário terá amplo acesso às obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), todas devidamente licenciadas e autorizadas.</p>	<p>Geografia, História, Literatura, Línguas, Matemática, Meio Ambiente, Música, Saúde, Trabalho etc.) e vídeos (passeios virtuais em exposições e museus, cursos etc.).</p> <p>http://www.dominiopublico.gov.br</p>
Prime Cursos	<p>Instituição filiada à Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), oferece mais de 200 cursos em diversas áreas do conhecimento. Para ingressar, é necessário um cadastro no site. Todos os cursos são gratuitos. No entanto, após aprovação no curso, caso o aluno tenha interesse em adquirir certificação, deverá pagar uma taxa de emissão.</p>	<p>Administração, Comunicação e Vendas, Contabilidade e Finanças, Direito, Educação, Idiomas, Informática, Meio Ambiente, Moda, Música, Recursos Humanos, Saúde e Bem-Estar, Segurança do Trabalho, Turismo e Hotelaria, entre outros.</p> <p>https://www.primecursos.com.br/</p>
RECODE	<p>Organização oferece cursos gratuitos na área de tecnologia e empreendedorismo digital, com certificação gratuita.</p>	<p>Ferramentas digitais para o trabalho, Tecnologias para o futuro, Programação, Reprogramando o seu futuro, Gestão e Empregabilidade, Marketing Digital, entre outros.</p> <p>https://recode.org.br/</p>
Rede TIM Tec	<p>Plataforma criada para a disseminação da oferta de cursos gratuitos, focados na educação profissional e tecnológica, em articulação com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), e compartilhamento com instituições públicas de ensino. Após assistir todas as aulas e realizar todas as atividades, o aluno recebe atestado.</p>	<p>Cursos na área de Tecnologia e Empreendedorismo.</p> <p>https://cursos.timtec.com.br/courses</p>
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)	<p>Essa plataforma oferece mais de 100 cursos livres gratuitos, de curta e média duração, ofertados na modalidade a distância, com certificação gratuita. Além disso, nesse site você encontra <i>e-books</i> e jogos interativos gratuitos sobre diversos temas.</p>	<p>Mercado de Vendas, Empreendedorismo, Marketing Digital, Educação, Planejamento, Legislação, Gestão de Pessoas, Finanças, Cooperativismo, Inovação, entre outros.</p> <p>https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline</p>

<p>Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI)</p>	<p>Plataforma com oferta de cursos gratuitos na modalidade EaD, vinculados ao SESI e SENAI. Após participação e aprovação no curso, o aluno tem direito a certificado digital gratuito.</p>	<p>Administração, Atendimento, Segurança do Trabalho, Comunicação, Tecnologia da Informação e Comunicação, Noções Básicas de Mecânica Automotiva, Empreendedorismo, Educação Ambiental, entre outros.</p> <p>https://eadsenaies.com.br/</p>
<p>Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)</p>	<p>A plataforma oferece mais de oitenta cursos de profissionalização rural, com e sem tutorias. O site disponibiliza cartilhas, videoaulas, mural de avisos, agenda, tira-dúvidas, chat, recurso de envio de mensagens e fóruns, além de espaço para interação com outros alunos e tutores. Todo material é gratuito. Após concluir o curso e responder pesquisa de satisfação, o aluno estará apto a receber certificado, que será disponibilizado gratuitamente na plataforma.</p>	<p>Agricultura, Bovinocultura, Inclusão Digital, Empreendedorismo, Floricultura, Ovinocultura, Manejo de Pastagens, Piscicultura, Produção Vegetal, Suinocultura, Silvicultura, Associativismo e Cooperativismo, Cultivo e Produção de Cana-de-açúcar, Cultivo e Produção de Grãos, Administração Rural, Digitação, Informática (Word, Excel, Internet), entre outros na área rural.</p> <p>http://ead.senar.org.br/cursos/</p>
<p>SEST/SENAT</p>	<p>Plataforma com oferta de cursos livres de qualificação profissional para trabalhadores e usuários cadastrados. Há cursos gratuitos e pagos. A instituição emite certificados após conclusão e aprovação no curso. Na plataforma do cursista há videoaulas e materiais que podem ser salvos e/ou impressos, caso tenha interesse.</p>	<p>Carreira Profissional, Educação, Gestão de Negócios, Inclusão Digital, Inovação e Criatividade, Manutenção e Mecânica, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Saúde e Bem-Estar, Transporte, entre outros.</p> <p>https://ead.sestsenat.org.br/</p>
<p>Tamo Junto</p>	<p>É uma plataforma que oferece cursos e conteúdos gratuitos para microempreendedores(as) que desejam alavancar seu negócio ou para quem deseja ou tenha interesse em se tornar um. Os cursos e a certificação são gratuitos.</p>	<p>Marketing Digital, Educação Financeira, Beleza, Finanças, Vendas e Comunicação, Artesanato e Costura, Empoderamento Feminino, entre outros.</p> <p>https://aliancaempreendedora.org.br/tamojunto/</p>
<p>Todos por Todos</p>	<p>Campanha criada pelo Governo Federal com ofertas de serviços gratuitos à população, dentre eles a capacitação profissional a</p>	<p>Competências Socioemocionais, Serviços, Comércio, Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), Indústria, Agropecuária e afins, Transporte e Armazenamento,</p>

	distância.	Empreendedorismo, Administração, entre outros. https://www.gov.br/pt-br/todosportodos/cursos-ead
UAITEC	Rede UAITEC trata-se de uma política pública vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), que tem o objetivo de promover a inclusão social e digital com a oferta de cursos de qualificação profissional em diversas áreas do conhecimento, nas modalidades presencial e a distância.	Informática (Word, Excel, PowerPoint, Internet, Linux etc.), Assentador de pisos, Assentador de portas e janelas, Auxiliar de Cozinha, Auxiliar de Escritório, Cabeleireiro, Colocação no Mercado de Trabalho, Contabilidade, Costura, Culinária, Hotelaria, Ginástica Laboral, Jardinagem, Práticas Administrativas, Maquiagem, Marketing, Podologia, Bovinocultura, entre outros. https://www.uaitec.mg.gov.br/
Unova Cursos	Plataforma disponibiliza cursos livres de qualificação profissional em diversas áreas do conhecimento. Os cursos são gratuitos, mas a certificação é paga.	Administração, Artes, Biologia, Contabilidade e Finanças, Educação, Gestão de Pessoas, Agricultura, Assistência Social, Concursos Públicos, Direito, Gastronomia, Idiomas, Indústria e Tecnologia, Logística, Meio Ambiente, Psicologia, Segurança do Trabalho, Informática, Marketing e Vendas, Moda, Profissões, Saúde e Bem-estar, Turismo, entre outros. https://www.unovacursos.com.br/
UP Cursos	Plataforma de Ensino a Distância (EAD) que oferece milhares de cursos totalmente gratuitos em diversas áreas do conhecimento. Após conclusão e aprovação no curso, o cursista poderá solicitar certificação digital (opcional), após pagamento de taxa de emissão.	Administração, Construção Civil, Esporte, Indústria e Tecnologia, Meio Ambiente, Programação, Tecnologia da Informação, Agricultura, Contabilidade, Esporte e Lazer, Informática, Moda, Psicanálise, Terapias Integrativas, Animal, Culinária, Estética, Jornalismo, Música, Psicologia, Transportes, Artes, Design, Finanças, Nutrição, Recursos Humanos, Direito, Vendas, Marketing, Mecânica, Profissionalizantes, Segurança, entre outros. https://upcursosgratis.com.br/

Fonte: Elaboração da autora (2021).

Considerando as peculiaridades dos sujeitos privados de liberdade e para evitar o acesso a páginas da internet que não estão de acordo com as normas legais e institucionais, existem aparelhos e programas para controle do acesso à internet que podem ser usados dentro dos ambientes prisionais. Em virtude disso, o Instituto Federal de São Paulo (IFSP) desenvolveu uma tecnologia que possibilita o acesso a plataformas digitais sem o uso de internet e que está sendo usada em cursos de formação e qualificação profissional para os internos dos sistemas prisionais do estado de São Paulo.



Para mais informações acesse:

<https://ifsp.edu.br/institucional/17-ultimas-noticias/834-ifsp-oferece-cursos-ead-a-reeducandos-do-sistema-prisional>

E-mail do Centro de Referência de Educação a Distância do IFSP: ded@ifsp.edu.br

03

PROJETO ALVORADA: INCLUSÃO PRODUTIVA DE PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL

O Projeto Alvorada: Inclusão Produtiva de Pessoas Egressas do Sistema Prisional surgiu por iniciativa do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), *Campus Campinas*, a partir de esforços conjuntos e parcerias firmadas com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAP), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), como uma nova abordagem para a reinserção social dos egressos do sistema prisional do Estado de São Paulo-SP. Essas instituições se articularam para viabilizar oportunidades reais para a inclusão social e produtiva dos egressos do sistema prisional, por meio da oferta de cursos de qualificação profissional que inclui ação empreendedora e psicossocial (IFSP, 2017).

Após vários meses de encontros, reuniões e capacitações, em 2017 o projeto-piloto foi implantado no IFSP, sob a coordenação dos professores Francisco Ubaldo Vieira Júnior e Wania Tedeschi. Para o professor Francisco Ubaldo (IFSP, 2018, n.p.), a proposta é uma “oportunidade real, concreta e com resultados mensuráveis”. Segundo ele, apesar dos preconceitos e desafios para promover a inclusão dos egressos na escola, houve uma evolução muito grande entre o início e o final do projeto, principalmente quando os egressos foram incorporados pela turma e se reconheceram como parte da instituição. Ele acredita que muitos preconceitos e barreiras foram rompidos com a implantação do projeto.

Wania Tedeschi (IFSP, 2018, n.p.) pontua que o grande diferencial do projeto está na articulação entre formação técnica e a preparação para a reinserção social dos egressos. No entanto, ela acrescenta que é preciso avançar no fortalecimento de parcerias com as empresas, pois é importante preparar o retorno desses sujeitos, pois eles ficaram muito tempo apartados da sociedade e precisam “dialogar em relação a quem é esse cidadão nesse ambiente de trabalho”.

O curso foi dividido em conteúdo técnico, empreendedorismo, projeto de vida e tópicos de saúde, com aulas ofertadas no IFSP, *Campus Capinas*, e no CTI Renato Archer. Foram cinco meses de capacitação, sete meses de incubação e seis meses de análise e resultados. Na última fase do projeto, os egressos são acompanhados por meio de tutorias durante o período de estágio e ingresso no mundo do trabalho ou em ação empreendedora (SÃO PAULO, 2017).

O projeto-piloto mostrou-se eficiente quanto à reinserção social, superando as expectativas das instituições parceiras. Tais resultados culminaram na criação de um Grupo de Trabalho (GT), coordenado e regulamentado pelo Depen, por meio da Portaria n.º 306, de 17 de agosto de 2018, com a finalidade de subsidiar a formulação e implementação de medidas que viabilizassem a expansão e multiplicação do projeto em âmbito nacional, tendo como incumbência a elaboração de propostas a serem apresentadas às instituições da rede federal e demandantes do sistema prisional (BRASIL, 2018a). Há previsão de recursos na casa dos 22 milhões para a implantação do projeto em 32 instituições de ensino.

No mesmo ano foi instituída a Política Nacional de Trabalho (PNAT) no âmbito do Sistema Prisional, regulamentada por meio do Decreto n.º 9.450/2018, com o propósito de viabilizar a expansão de ofertas de vagas de trabalho, o empreendedorismo e a formação profissional, visando à inserção das pessoas presas e egressas do sistema prisional no mundo do trabalho (BRASIL, 2018b).

Um dos objetivos do PNAT consiste em garantir a efetividade de programas que promovam a integração e reinserção social das pessoas presas e egressas do sistema prisional, por meio de parcerias e articulação com entidades governamentais e não governamentais no âmbito federal, estadual e municipal (BRASIL, 2018b).

Além disso, o decreto prevê que, nas contratações de serviços da União acima de R\$ 330 mil, a contratada deve reservar de três a seis por cento das vagas de mão de obra para pessoas presas ou egressas do sistema prisional, variando de acordo com tipo de contrato (BRASIL, 2018b). O Depen concede às empresas e organizações, públicas ou privadas, que oportunizam vagas de trabalho à população prisional, o

Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional (RESGATA)¹, uma estratégia que visa reconhecer e dar visibilidade a essas empresas e incentivá-las à responsabilidade social.

A partir da publicação da Portaria n.º 306 e da regulamentação do PNAT, a política de qualificação e formação profissional para pessoas presas e egressas do sistema prisional ganha força. Com o apoio do Depen e em parceria com diversos órgãos e instituições atuantes na área da educação, trabalho, justiça, direito e políticas penais, que em conjunto buscam promover oportunidades para viabilizar a inclusão e reintegração social dos egressos do sistema prisional, o projeto Alvorada está chegando a vários estados brasileiros.

No ano de 2019, o Instituto Federal de Goiás (IFG) foi uma das instituições que aderiram ao projeto Alvorada. Foram ofertadas 30 vagas para o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, no horário vespertino, ministradas no *Campus* Goiânia Oeste (GOMES, 2020).

Abaixo seguem alguns *links* e contatos de instituições de ensino que já aderiram ao Projeto Alvorada: inclusão social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional, cujas parcerias vão depender das peculiaridades de cada Estado.

Os recursos que são investidos no projeto são destinados ao pagamento de bolsas para os egressos, professores e tutores e são de suma importância para o fortalecimento e execução do projeto.

¹ Disponível em: <https://www.justica.gov.br/mulheres-livres/selo-resgata>. Acesso em: 11 abr. 2021.

Quadro 2 - Instituições que aderiram ao Projeto Alvorada

INSTITUIÇÕES QUE ADERIRAM AO PROJETO ALVORADA			
Instituição	Cursos/Vagas	Contato	Sites²
Instituto Federal de São Paulo (IFSP) <i>Campus Campinas</i>	Formação Inicial e Continuada (FIC) de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.	ded@ifsp.edu.br	www.ifsp.edu.br Sobre o Projeto Alvorada Parcerias Notícias
Instituto Federal de Goiás (IFG) <i>Campus Goiânia Oeste</i>	Formação Inicial e Continuada (FIC) de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.	projetoalvorada@ifg.edu.br	www.ifg.edu.br Execução do Projeto Sobre o Projeto Alvorada Informações Contrato IFSP/FUNAPE
Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) <i>Campus Conselheiro Lafaiete</i>	Formação Inicial e Continuada (FIC) de Eletricista de Instalações Elétricas Prediais.	projetoalvorada@ifmg.edu.br	www.ifmg.edu.br Seleção de profissionais
Instituto Federal de Rondônia (IFRO) <i>Campus Porto Velho Calama</i>	Formação Inicial e Continuada (FIC) de Pintor de Obras Imobiliárias.	projetoalvorada@ifro.edu.br	www.ifro.edu.br Sobre o Projeto Alvorada Seleção de profissionais
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) <i>Campus Montes Claros</i>	Formação Inicial e Continuada (FIC) de Eletricista Instalador Predial de Baixa de Tensão.	projetoalvorada@ifnmg.edu.br	www.ifnmg.edu.br Sobre o Projeto Alvorada Seleção de profissionais
Instituto Federal do Piauí (IFPI) <i>Campus Teresina Zona Sul</i>	Formação Inicial e Continuada (FIC) de Costureiro Industrial.	projetoalvorada@ifpi.edu.br	www.ifpi.edu.br Parcerias Seleção de profissionais
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet - MG)	Formação Inicial e Continuada (FIC) de Manutenção e Instalação de Computadores.	projetoalvorada.cefetmg@gmail.com	https://www.cefetmg.br/ Sobre o Projeto Alvorada
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) <i>Campi Alvorada, Viamão e Porto Alegre</i>	Formação Inicial e Continuada (FIC) de Empreendedorismo Social.	projetoalvorada@ifrs.edu.br	www.ifrs.edu.br Sobre o Projeto Alvorada
Instituto Federal da	Formação Inicial e	projetoalvorada@ifp	www.ifpb.edu.br

² Para acessar o *site*, mantenha a tecla *Ctrl* pressionada e clique sobre o *link*. Outra opção é clicar com o botão direito do mouse sobre o *link* e selecionar a opção “Abrir Hiperlink”. Caso queira visualizar o endereço do *site*, clique com o botão direito do mouse sobre o *link* e selecione a opção “Editar Hiperlink”.

Paraíba (IFPB) <i>Campus João Pessoa</i>	Continuada (FIC) de Eletricista Residencial e Predial.	b.edu.br	Parcerias Seleção de profissionais Edital de seleção
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) <i>Campus Criciúma</i>	Formação Inicial e Continuada (FIC) de Pintor de Obras Imobiliárias.	extensao.criciuma@ifsc.edu.br	www.ifsc.edu.br Seleção de profissionais
Instituto Federal de Alagoas (IFAL) <i>Campus Maceió</i>	Formação Inicial e Continuada (FIC) de Higienista em Serviços de Saúde.	projeto.alvorada@ifal.edu.br	www.ifal.edu.br Seleção de profissionais
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) <i>Campus Cachoeiro de Itapemirim</i>	Formação Inicial e Continuada (FIC) em Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.	extensao.ci@ifes.edu.br	www.ifes.edu.br Seleção de profissionais Edital de seleção
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) <i>Campus Avançado Natal (Zona Leste)</i>	Formação Inicial e Continuada (FIC) em Introdução à Informática, Auxiliar em Administração e Empreendedorismo.	proex@ifrn.edu.br	www.ifrn.edu.br Seleção de profissionais
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Formação Inicial e Continuada (FIC) de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.	projetoalvorada.ufu@gmail.com	www.ufu.br Seleção de profissionais

Fonte: Elaboração da autora (2021).

3.1 Documentos e materiais sobre o Projeto Alvorada: inclusão social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional

Modelos de Projetos básicos apresentados ao Departamento Penitenciário Nacional como parte da proposição para implementação do Projeto Alvorada em *campus* da Rede Federal de Educação, com recursos do Fundo Penitenciário Nacional.

CEFET/MG:

<https://url.gratis/04IBtK>

IFNMG/MG:

<https://url.gratis/MeQf82>

Contrato celebrado entre os Institutos Federais e Fundações de Apoio:

Instituto Federal de Goiás (IFG) e a Fundação de Apoio a Pesquisa (Funape).

<https://url.gratis/Izv4Vf>

Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e a Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba (FUNETEC-PB).

<https://url.gratis/UcqIcU>

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Fundação de Apoio Universitário (FAU).

<https://url.gratis/8Zhfo5>

Deliberação n.º 45-CEPE-2018 que aprova o funcionamento do Projeto Alvorada no IFAL em parceria com a Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (Fundepes).

<https://url.gratis/UtrBAw>

Termo de Execução Descentralizada/Projeto - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

<https://url.gratis/8dz6BE>

Extratos dos Termos de Execução Descentralizada publicados no Diário Oficial da União com valores dos recursos destinados ao Projeto Alvorada para instituições federais

<https://url.gratis/SxtlSF>

Vídeo com uma coletânea de depoimentos dos participantes do projeto-piloto implantado no IFSP em 2017.

<https://www.youtube.com/watch?v=F88-r7lIaq8>

04

PROGRAMA FAZENDO JUSTIÇA

O Programa Fazendo Justiça surgiu como uma nova fase do programa Justiça Presente, iniciado em 2019, a partir de parceria firmada entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sob a liderança do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ (DMF/CNJ) e apoiado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública na figura do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), além de outros atores do setor público, da iniciativa privada e da sociedade civil.

Trata-se de um programa de abrangência nacional, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em especial, o Objetivo 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes, que busca fomentar ações como foco na superação de desafios históricos e estruturais do sistema penal e socioeducativo brasileiro, por meio do apoio técnico, diálogo e articulação com as diferentes esferas do governo e sociedade civil (BRASIL, 2021a).

O Fazendo Justiça trabalha com 28 ações simultâneas, previstas no plano nacional, focadas nos resultados e na sustentabilidade, com diferentes fases de execução, a depender da realidade de cada unidade da federação. São elas (BRASIL, 2021a):

1. Alternativas penais;
2. Audiência de custódia;
3. Controle da superlotação carcerária;
4. Justiça restaurativa;
5. Central de vagas;
6. Aperfeiçoamento dos sistemas de informação do socioeducativo;

7. Programa de acompanhamento a adolescentes pós-cumprimento de medida socioeducativa;
8. Implementação, qualificação e difusão dos Núcleos de Atendimento Integrado (NAI);
9. Disseminação das audiências concentradas no Sistema Socioeducativo;
10. Fortalecimento e acesso a programas de profissionalização e aprendizado socioeducativo;
11. Plano Nacional de Fomento à Leitura;
12. Fortalecimento e qualificação dos escritórios sociais;
13. Plano Nacional de Geração de Trabalho e Renda;
14. Fortalecimento da participação social na execução penal;
15. Plano Nacional de Fomento ao Esporte e ao Lazer no Sistema Prisional;
16. Qualificação das inspeções judiciais e enfrentamento à tortura nos ambientes de privação de liberdade;
17. Estratégia judiciária para fortalecimento da PNAISP;
18. Identificação e documentação civil;
19. Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU);
20. Mutirão carcerário eletrônico;
21. Fortalecimento dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMFs);
22. Covid-19;
23. Equipes psicossociais no poder judiciário: atuação em rede nas políticas penais e socioeducativas;
24. Sistemas eletrônicos do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF) e as populações em situação de vulnerabilidade;
25. Diversidade na assistência e enfrentamento à intolerância religiosa em unidades de privação de liberdade;
26. Atenção às vítimas e restauratividade no poder judiciário;
27. Diálogos polícias e judiciário;
28. Articulação internacional e proteção dos Direitos Humanos.

Essas ações convergem com a LEP (BRASIL, 1984), no que tange à remição da pena por meio da leitura, à oferta de formação e qualificação profissional, à reintegração social e produtiva e o acompanhamento dos egressos do sistema prisional.

As propostas expostas pelo Programa Fazendo Justiça refletem carências históricas que precisam urgentemente ser fortalecidas por meio de ações integradas com os governos (federal, estadual e municipal), instituições de ensino, organismos internacionais, sociedade civil, órgãos na área da justiça, do trabalho e do direito, entre outros, de modo a impulsionar a disseminação de iniciativas e projetos que viabilizem oportunidades reais de acesso a políticas e programas que possam de fato promover a inclusão e a reintegração social e produtiva da população carcerária.

Uma das ações previstas no programa, que precisa ser fortalecida e disseminada em âmbito nacional, são os escritórios sociais. Regulamentados pela Resolução n.º 307, de 17 de dezembro de 2019, esses equipamentos públicos representam um grande marco da Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional e já estão presentes em 14 estados brasileiros, contando com mais de 90 mil atendimentos. Sua implantação depende de acordos de cooperação a serem firmados entre os poderes judiciário, executivo e sociedade civil (BRASIL, 2019).

Os escritórios sociais são responsáveis pelo

[...] acolhimento e encaminhamentos das pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares para as políticas públicas existentes, articulando uma política intersetorial e interinstitucional de inclusão social que se correlaciona e demanda iniciativas de diferentes políticas públicas estaduais e municipais, sistemas e atores da sociedade civil, conforme Manual de Implementação [...] (BRASIL, 2019, n.p.).

Articulados com uma rede de instituições, esses equipamentos são espaços para o exercício e aplicação do direito para pessoas egressas, com atuação em diversas áreas e políticas públicas, viabilizando o acesso a programas e serviços como saúde, alimentação, vestuário, acolhimento provisório e/ou transporte,

habitação, trabalho, renda, qualificação profissional, escolarização (formal e não formal), assistência jurídica, entre outros (BRASIL, 2019).

Portanto, diante dos grandes desafios enfrentados pelos sistemas prisionais brasileiros em razão do aumento substancial da população carcerária e pelos impactos que isso tem gerado na sociedade, torna-se primordial a implantação de programas e políticas destinados a esse público, que possam provocar mudanças substanciais em suas vidas para que tenham acesso a oportunidades reais e concretas, produzindo resultados nos índices de criminalidade e de reincidência criminal.



Para mais informações acesse:

<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/fazendo-justica/>

Lá você vai encontrar diversos materiais informativos e produtos técnicos (guias, manuais, pesquisas, metodologias, modelos etc.), que foram produzidos a partir dos resultados da parceria firmada entre o CNJ e o PNUD e que nortearão a implementação de ações nos diversos contextos brasileiros.

05

PROGRAMA NOVOS CAMINHOS

O Programa Novos Caminhos foi lançado em 2019 pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com as secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal. Composto por um conjunto de ações que visam fortalecer e fomentar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todo o país, o programa apoia as redes e instituições de ensino no planejamento da oferta de cursos, presencial e/ou a distância, que estejam alinhados às demandas dos setores produtivos locais e às vocações econômicas regionais, como também na incorporação das transformações tecnológicas produzidas. As ações do programa são financiadas/repactuadas com os recursos do Bolsa Formação, que estão parados nas contas dos estados e do Distrito Federal³.

Ao todo já foram pactuadas mais de 150 mil vagas fomentadas pelo MEC, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). A perspectiva é elevar em 80% o número de matrículas em cursos técnicos e de qualificação profissional, até o ano de 2023.

Para alcançar os objetivos, o Programa Novos Caminhos atua em três eixos estratégicos: I. Gestão e Resultados; II. Articulação e Fortalecimento; III. Inovação e Empreendedorismo.

Eixo I - Gestão e Resultados: aprimorar e fortalecer o modelo de planejamento, de gestão e de governança da Educação Profissional e Tecnológica, por meio de estratégias que visem à regulamentação dos cursos técnicos em instituições privadas de ensino superior; regularizar diplomas de cursos técnicos ofertados por instituições privadas de ensino superior; atualizar o Catálogo Nacional

³ Informações coletadas no *site* do Programa Novos Caminhos. Disponível em: <http://novoscaminhos.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

de Cursos Técnicos, importante instrumento para nortear a oferta de cursos pelas instituições, de acordo com as demandas locais e perfis profissionais; entre outros.

Eixo II - Articulação e Fortalecimento: apoiar as instituições na implementação do itinerário da formação técnica e profissional; potencializar a oferta de cursos e trilhas formativas que possam desenvolver competências adequadas às demandas locais; buscar estratégias articuladas com a EJA e educação a distância; apoiar a formação de professores e demais profissionais da Educação Profissional e Tecnológica; fomentar a oferta da Educação Profissional e Tecnológica etc.

Eixo III - Inovação e Empreendedorismo: promover ações articuladas com o setor produtivo e as inovações tecnológicas; incentivar a disseminação do empreendedorismo como força propulsora para o desenvolvimento de novos negócios e oportunidades que impulsionem o mercado; ampliar os polos de inovação dos institutos federais por meio de editais de pesquisa aplicada, inovação e iniciação tecnológica, entre outros.

As ofertas são planejadas a partir de mapeamento das demandas regionais, como forma de impulsionar a inclusão de trabalhadores no mundo do trabalho por meio de cursos de qualificação e formação profissional que atendam às necessidades dos setores produtivos locais.

Diante do exposto, o Programa Novos Caminhos apresenta-se como uma alternativa viável para a promoção da inclusão e reinserção socioproductiva da população prisional, tanto interna quanto egressa, podendo ser viabilizado por meio de parcerias com a Setec e instituições locais ofertantes, a partir de demandas apontadas pelos sistemas prisionais ou pelos escritórios sociais.

Para mais informações acesse:

<http://portal.mec.gov.br/novoscaminhos/>

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/53661>



06

PROJETO COMEÇAR DE NOVO

O Projeto Começar de Novo surgiu em 2009, por iniciativa do CNJ, por meio da Resolução n.º 96/2009, com o objetivo de promover um conjunto de ações educativas e de capacitação profissional, com foco na reintegração social dos presos e egressos do sistema prisional. Essas ações são implementadas a partir de parcerias e articulação com uma rede de instituições, denominada Rede de Reinserção Social, da qual fazem parte todos os órgãos do Poder Judiciário, entidades públicas e privadas, “inclusive Patronatos, Conselhos da Comunidade, universidades e instituições de ensino fundamental, médio e técnico-profissionalizantes” (BRASIL, 2009, n.p.).

Para atender aos objetivos do programa, foi criado um Portal de Oportunidades, disponível no *site* do CNJ, para que as instituições parceiras possam efetuar cadastros de ofertas de cursos, oportunidades de trabalho, bolsas e estágios, entre outras funções.

Em janeiro de 2021, por meio da Resolução CNJ n.º 368, foi determinado aos Tribunais de Justiça um prazo de 30 dias para instalar os Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Carcerários e Socioeducativos (GMFs) e de 90 dias para colocá-los em funcionamento. Esses grupos têm como atribuições, entre outras:

- I – implantar, manter e cumprir as metas do Projeto Começar de Novo;
- I – fomentar, coordenar e fiscalizar a implementação de projetos de capacitação profissional e de reinserção social de presos, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas;
- III – acompanhar a instalação e o funcionamento, em todos os Estados, dos Patronatos e dos Conselhos da Comunidade [...];
- IV – planejar e coordenar os mutirões carcerários para verificação das prisões provisórias e processos de execução penal;
- V – acompanhar e propor soluções em face das irregularidades verificadas nos mutirões carcerários e nas inspeções em estabelecimentos penais, inclusive Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e Delegacias Públicas;

- VI - acompanhar projetos relativos à construção e ampliação de estabelecimentos penais, inclusive em fase de execução, e propor soluções para o problema da superpopulação carcerária;
- VII - acompanhar a implantação de sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias;
- VIII - acompanhar o cumprimento das recomendações, resoluções e dos compromissos assumidos nos seminários promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça, em relação ao Sistema Carcerário;
- IX - implementar a integração das ações promovidas pelos órgãos públicos e entidades com atribuições relativas ao sistema carcerário;
- X - estimular a instalação de unidades de assistência jurídica voluntária aos internos e egressos do Sistema Carcerário;
- XI - propor a uniformização de procedimentos relativos ao sistema carcerário, bem como estudos para aperfeiçoamento da legislação sobre a matéria;
- XII - coordenar seminários em matéria relativa ao Sistema Carcerário (BRASIL, 2009, n.p.).

Para que esse projeto atinja os seus objetivos quanto à inclusão e a reinserção social, é importante criar estratégias de trabalho que possam resultar em maior visibilidade perante a sociedade e a comunidade carcerária, por meio de ampla divulgação em mídias, esferas públicas, instituições de ensino, empresas privadas, entre outros, no sentido de fortalecer parcerias que viabilizem a oferta de cursos profissionalizantes e oportunidades de trabalho para o público prisional e seus familiares.

Nesse sentido, o Portal de Oportunidades torna-se um excelente instrumento para fortalecer essas ações, de forma a mediar as relações entre os parceiros ofertantes e a comunidade prisional. No entanto, cabe a missão de fazê-lo chegar aos ambientes internos das prisões e ao público ao qual se destina.



Para mais informações, acesse:

<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/comecar-de-novo/>

Lá você vai encontrar informações sobre o Projeto Começar de Novo e o Portal de Oportunidades.

07

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC) - EIXO PRISIONAL

Sugerimos o programa Pronatec como uma das propostas a serem firmadas entre os órgãos demandantes da justiça e instituições de ensino ofertantes, no sentido de atender às políticas de qualificação e formação profissional com foco na inclusão e reintegração social da população carcerária.

Criado pelo Governo Federal, por meio de Lei de n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011, com a finalidade de expandir, interiorizar e democratizar a oferta da educação profissional e tecnológica em todo o território nacional, o Programa é executado em colaboração entre a União, Estados e Distrito Federal e em parceria com uma rede de instituições públicas e privadas, por meio da oferta de oportunidades educacionais e de formação e qualificação profissional, direcionadas, prioritariamente, a jovens, trabalhadores e pessoas em vulnerabilidade social (BRASIL, 2011).

Em 2013 foi firmado um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Justiça (MJ), para a oferta de bolsas-formação em cursos FIC de qualificação profissional para atender à população carcerária, a partir do mapeamento de demandas do mundo do trabalho e renda de cada município, cabendo ao Depen a tarefa de mobilizar os estados e o Distrito Federal para que os cursos chegassem até o público prisional (SILVA, 2016).

Entre os períodos de 2013 a 2015, houve um crescimento significativo nos números de inscritos e de vagas no Pronatec prisional, com destaque para demandas em cursos relacionados ao eixo tecnológico de infraestrutura, representando 44% da demanda total (SILVA, 2016).

Em 2018 foi firmada nova parceria entre o Depen, órgão do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, o MEC e a Secretaria de Educação Profissional

e Tecnológica (SETEC), por meio da Nota Técnica n.º 1/2018, para a execução do Pronatec Sistema Prisional, a partir de recursos oriundos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), repassados pelo Depen ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Para o exercício de 2018/2019, 25 unidades da federação manifestaram interesse em executar os recursos financeiros do Pronatec Prisional (BRASIL, 2018c).

A articulação dessas instituições, no sentido de viabilizar a oferta de cursos de qualificação profissional para a população prisional, tem se mostrado uma alternativa viável para a inclusão socioproductiva desses sujeitos, por considerarmos a educação e o trabalho como elementos extremamente importantes no processo de construção da cidadania e de elevação das classes. Além disso, podem provocar impactos positivos nos índices de criminalidade, na diminuição da população carcerária e dos índices de reincidência criminal.

O Pronatec Prisional tem se disseminado em vários estados brasileiros, onde é possível verificar uma diversidade de ofertas de cursos de qualificação profissional em várias instituições de ensino. No entanto, para execução do Programa no interior do sistema prisional, com ênfase no público em cumprimento de regime fechado, torna-se primordial a adequação e disponibilização de espaços para a oferta dos cursos, com salas de aula e áreas para realização das oficinas e atividades práticas, sendo essas as principais dificuldades apontadas em um estudo realizado por Silva (2016).

Nesse sentido, sendo um programa de nível nacional, o Pronatec mostra-se como uma excelente proposta no sentido de viabilizar a oferta de formação e qualificação profissional à população carcerária (interna e egressa), ressalvadas as devidas adaptações dos espaços prisionais para a oferta interna, de forma que sejam garantidos os direitos de acesso à uma formação de qualidade, humana e emancipadora, que possa provocar mudanças no pensar e no agir desses sujeitos.

08

CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (CENED)

A Escola CENED é uma instituição educacional da iniciativa privada que oferece cursos de qualificação profissional, em diversas áreas e níveis de escolaridade, ao público privado de liberdade, por meio do Programa de Qualificação Profissional aos Internos do Sistema Prisional Brasileiro. Os cursos são ofertados em nível nacional, nas seguintes modalidades: EJA – Ensino Fundamental e Médio (EaD), Cursos Técnicos de Nível Médio (presencial e EaD), cursos de Formação Inicial e Continuada ou de Qualificação Profissional (EaD).

A instituição está cadastrada no MEC/SISTEC sob registro n.º 43079, garantindo a validade de seus diplomas em nível nacional, nos termos do art. 2º da Resolução MEC/CNE/CEB n.º 03, de 30/09/2009.

Os cursos são pagos, realizados por meio de parcerias com os sistemas prisionais brasileiros, realizados com acompanhamento de tutoria e com emissão de certificação após conclusão e aprovação.



Para mais informações, acesse:

<https://www.cenedqualificando.com.br/Home>

E-mail: cenedqualificando@gmail.com

Telefones: (61) 3369-6366 - (61) 9951-8961

09

FUNDAÇÕES DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO (FUNAP)

Nesse espaço apresentamos duas FUNAPs, uma do Estado de São Paulo e outra do Distrito Federal. Essas fundações têm por finalidade fomentar ações e projetos que possam promover a inclusão social e produtiva da população carcerária, por meio de parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e/ou internacionais.

O trabalho realizado por essas fundações tem uma relevância muito grande para a concretização das políticas de formação e reintegração social da população carcerária nos estados onde atuam, podendo se expandir para outros estados brasileiros.

9.1 Fundação “Professor Dr. Manoel Pedro Pimentel” de Amparo ao Preso (FUNAP)

A FUNAP⁴, instituída a partir da Lei n.º 1.238, de 22 de dezembro de 1976, é uma fundação pública que atua, em conjunto com a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP), no desenvolvimento e avaliação de programas e projetos que possam melhorar as condições de vida da população carcerária do Estado, por intermédio de parcerias, convênios, contratos ou concessão de auxílios firmados com instituições públicas e/ou privadas, nacionais e/ou internacionais. Essas ações têm por finalidade promover a reinserção social dos sujeitos privados de liberdade por meio do estudo, capacitação e qualificação profissional e inclusão no mundo do trabalho.

⁴ Informações coletadas no *site* da FUNAP. Disponível em: <http://www.funap.sp.gov.br/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

Programas desenvolvidos pela FUNAP/SP:

- » Desenvolvimento humano e cultural;
- » Educação para o trabalho e cidadania;
- » Formação em nível superior no sistema prisional;
- » Incentivo à leitura – “Lendo a Liberdade”;
- » Assistência Jurídica Suplementar;
- » Alocação de mão de obra;
- » Capacitação profissional;
- » Comercialização de produtos da ressocialização;
- » Escola de empreendedorismo em arte – Arcos.

Como forma de promover a inclusão e a reintegração social, todo o material produzido pela população carcerária nas Oficinas-escolas da FUNAP estão disponíveis para venda no *site* <https://funap.com.br/>. Esses produtos podem ser adquiridos tanto por pessoas físicas quanto jurídicas, inclusive com dispensa de licitação para órgãos da administração pública em geral.



Para mais informações, acesse:

<http://www.funap.sp.gov.br/>



Facebook: <https://www.facebook.com/fundacaofunap>



Instagram: <https://www.instagram.com/fundacaofunap/>

9.2 Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP/DF)

A FUNAP/DF⁵, criada em 1986 pela Lei n.º 7.533, está vinculada à Secretaria de Justiça e Cidadania do DF (Sejus/DF), integrando a Administração Indireta do

⁵ Informações coletadas no *site* da FUNAP/DF. Disponível em: <http://www.funap.df.gov.br/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

Governo do Distrito Federal. Sua missão consiste em desenvolver ações que contribuam para a inclusão e reintegração social da população prisional, por meio de programas de capacitação profissional, como o Pronatec prisional, e promoção de oportunidades de ingresso no mundo do trabalho, mediante convênios e parcerias com empresas públicas, privadas, englobando o Sistema S (SENAI, SENAC, SEBRAE), além de ações de apoio às famílias desses sujeitos.

Quanto ao trabalho, aos sujeitos em cumprimento de regime fechado são ofertadas atividades intramuros no Centro de Internamento e Reeducação (CIR-Papuda), por meio de oficinas de profissionalização (marcenaria, corte e costura, panificação, mecânica e serralheria) e na Fazenda Pampuda (atividades agrícolas). Aos sujeitos em regime semiaberto e aberto, a FUNAP atua como mediadora no processo de inclusão no mundo do trabalho por meio de convênios com empresas públicas, privadas e do terceiro setor. Além disso, há um convênio firmado com o Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), para concessão de bolsas de estudo integrais aos sujeitos que estão em cumprimento de regime semiaberto.

Em 2019, durante pesquisa realizada no CIR, Lima (2020) identificou a oferta de seis cursos profissionais pela Funap, em parceria com o Senai, quais sejam: eletricitista instalador residencial (200 horas), instalador e manutenção de ar condicionado (60 horas), cozinheiro (200 horas), pizzaiolo (80 horas), pedreiro (200 horas) e pintor residencial (200 horas).



Para mais informações, acesse:

<http://www.funap.df.gov.br/>



Facebook: <https://www.facebook.com/govdf>

E-mail: direx.funap@sejus.df.gov.br

10

FORTALECENDO A FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: BUSCANDO NOVAS PARCERIAS

Além de parcerias importantes e necessárias a serem firmadas entre os sistemas prisionais e instituições na área de ensino, justiça, trabalho, direito e assistência social, algumas já pontuadas nesse projeto, como, por exemplo, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Trabalho, Defensorias Públicas, Ministérios Públicos, Ordem dos Advogados do Brasil, Secretarias da Justiça, Secretarias de Administração Penitenciária, Secretarias de Desenvolvimento Social, Secretarias de Educação, Prefeituras, entre outros, selecionamos algumas instituições que podem se tornar parceiras na execução de projetos de formação e qualificação profissional, inclusão e reinserção social da população prisional.

10.1 Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

No Brasil, em parceria com o governo brasileiro, o UNODC desenvolve projetos e fornece assistência técnica em diversos temas da justiça, como tráfico de drogas e crime organizado transnacional, tráfico de pessoas e contrabando de migrantes, prevenção ao crime e construção de sistemas de justiça criminal eficazes, reforma do sistema penitenciário, combate à corrupção, lavagem de dinheiro, prevenção de drogas, entre outros.

Com atuação em diversos países, as atividades desenvolvidas pelo UNODC incluem intervenções em:

- ▶▶ Formação e treinamento;
- ▶▶ Consultoria;
- ▶▶ Reformas legislativas;
- ▶▶ Fornecimento de recursos a organizações não-governamentais;
- ▶▶ Elaboração de relatórios e manuais sobre as melhores práticas na área.



Para mais informações, acesse:

<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/index.html>

 Facebook: <https://www.facebook.com/unodc/>

E-mail: unodc-brazil@un.org

Telefone: +55 (61) 3204-7200

10.2 Nações Unidas no Brasil - Organização das Nações Unidas (ONU)

A ONU possui diversos mecanismos de apoio e/ou financiamento de projetos em parceria com governos (federal, estadual, municipal), iniciativa privada, instituições de ensino, Organizações Não Governamentais (ONGs) e sociedade civil brasileira, articulando-se com seus parceiros no sentido de promover o desenvolvimento humano sustentável, o crescimento do país e o combate à pobreza.



Para mais informações, acesse:

<https://brasil.un.org/>

 Facebook: <https://www.facebook.com/ONUBrasil>

 Instagram: <https://www.instagram.com/onubrasil/>

E-mail: faleconosco@onu.org.br

Telefone: 55 (61) 3038-9300

10.3 Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A OIT trabalha em articulação com governos, organizações de empregadores e sindicatos para promover oportunidades de trabalho, visando à redução da pobreza e das desigualdades sociais. A organização atua em diversos países do mundo, prestando cooperação técnica. Ao todo, são mais de 600 programas e projetos espalhados por mais de 100 países, contando com o apoio de mais de 120 parceiros.

Esses são os quatro objetivos estratégicos da Agenda de Trabalho Decente, apresentados pela OIT:

- ▶▶ Definir e promover normas e princípios e direitos fundamentais no trabalho;
- ▶▶ Criar maiores oportunidades de emprego e renda decentes para mulheres e homens;
- ▶▶ Melhorar a cobertura e a eficácia da proteção social para todos;
- ▶▶ Fortalecer o tripartismo e o diálogo social.

O *site* contém vasto acervo de materiais informativos na área do trabalho, meio de vida sustentável, aspectos do desenvolvimento econômico e social, mudanças tecnológicas e direitos humanos.

Alguns projetos realizados em parceria com a OIT:

- ▶ Projeto de Estruturação da Agenda Regional de Trabalho Decente de Carajás;
- ▶ Projeto Algodão com Trabalho Decente;
- ▶ Cooperação Sul-Sul para Proteção dos Direitos de Trabalhadores e Trabalhadoras Migrantes na Região da América Latina e Caribe;
- ▶ Cooperação Sul-Sul para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável por meio do Trabalho Decente e da Proteção Social;



- Consolidando e Disseminando Esforços para Combater o Trabalho Forçado no Brasil e no Peru;
- Estratégias para Acelerar o Ritmo da Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil;
- Alcançando a Redução do Trabalho Infantil pelo Suporte à Educação – ARISE;
- Projeto de Apoio ao Programa de Parceria para a Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil nas Américas.



Para mais informações, acesse:

<https://www.ilo.org/brasil/lang--es/index.htm>



Facebook: <https://www.facebook.com/oitbrasil>



Instagram: https://www.instagram.com/oit_brasil/?hl=en

E-mail: brasil@ilo.org

Telefone: +55 (61) 2106-4600

10.4 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

A UNESCO tem como objetivo auxiliar a formulação e operacionalização de políticas públicas que estejam alinhadas com o desenvolvimento sustentável dos Estados-membros, atuando por intermédio de projetos de cooperação técnica, em parceria com diversas instâncias governamentais, instituições acadêmicas, fundações, organizações da sociedade civil, setor privado, entre outros.

Alguns projetos realizados em parceria com a Unesco:



- Projeto Primeira Infância em Primeiro Lugar
- Projeto Mães da Favela

- Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz
- Fundo Cidadania pela Educação
- Inovações para a qualidade da educação: da gestão à sala de aula



Para mais informações, acesse:

<http://www.unesco.org/brasil>



Facebook: <https://www.facebook.com/unescobrasil/>



Instagram: <https://www.instagram.com/unescobrasil/>

E-mail: brasil@unesco.org

Telefone: +55 (61) 2106-3500

10.5 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

O PNUD, em parceria com o Governo Brasileiro, instituições financeiras internacionais, setor privado e sociedade civil, executa projetos de diferentes áreas, com a oferta de apoio técnico, operacional e gerencial aos seus parceiros, por meio de acesso a metodologias, conhecimentos, consultoria especializada e ampla rede de cooperação técnica internacional. Seu objetivo é apoiar países de todo o mundo na erradicação da pobreza, reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento humano e o crescimento em áreas prioritárias.

Alguns projetos executados pelo PNUD:

- Segurança Cidadã
- Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social
- Gestão de Risco e Desastres
- Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos
- Fortalecimento do Monitoramento e da Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo
- Fortalecimento da Gestão do Sistema Prisional Brasileiro



- Fortalecimento dos mecanismos da Justiça de Transição no Brasil
- Proteção Integral dos Direitos de Crianças e Adolescentes Fortalecida
- Iniciativa Incluir



Para mais informações, acesse:

<https://www.br.undp.org/>



Facebook: <https://www.facebook.com/PNUDBrasil/>



Instagram: https://www.instagram.com/pnud_brasil/

Telefone: +55 (61) 3038-9300

10.6 Instituto Humanitas360 (H360)

O H360 atua em diversos países das Américas e trabalha com o desenvolvimento de projetos que visam à diminuição da violência e à promoção da cidadania, facilitando coalizões de organizações sociais, profissionais e gestores públicos.

Alguns projetos desenvolvidos pelo H360:

- Guia para egressos e egressas do sistema prisional;
- Índice de Engajamento Cidadão;
- Cooperativa Lili - Penitenciária Feminina 2 de Tremembé;
- Mapeamento de Redes Criminais;
- Coalizão pela Mudança do Paradigma sobre Pena e Prisão;
- Apoio a Empreendedores Cívico-Sociais: Karine;
- Tecendo a Liberdade;
- Apoio a Empreendedores Cívico-Sociais: Emerson;
- Cooperativa da Penitenciária Masculina 2 de Tremembé;
- Tereza: marketing para cooperativas de detentos e egressos;



➤ Casa Tereza.



Para mais informações, acesse:

<https://humanitas360.org/home/>



Facebook: <https://www.facebook.com/humanitas360/>



Instagram: <https://www.instagram.com/humanitas360/>

E-mail: contact@humanitas360.org

Telefone: 55 (11) 98913-3883

10.7 Instituto Veredas

O Instituto Veredas realiza estudos por evidências, propondo alternativas para o acesso ao conhecimento técnico e científico na execução de políticas públicas, apoiando intervenções sociais em diferentes áreas que promovam direitos e melhorem as condições de vida das pessoas. Seu papel é oferecer subsídios para a tomada de decisões por parte de gestores, gestoras e sociedade civil organizada em iniciativas para o desenvolvimento social, a partir de evidências e dialogadas amplamente com as partes interessadas, fortalecendo e qualificando as políticas sociais.

Ações:

- ▶▶ Apoio ao diagnóstico situacional junto às equipes de gestão, de pesquisa e da sociedade civil organizada para a identificação e priorização de demandas em políticas públicas;
- ▶▶ Produção de sínteses de evidências para apoio à tomada de decisão em políticas públicas;
- ▶▶ Capacitação continuada de equipes para conhecimento e uso de novas ferramentas de incorporação de evidências em políticas públicas, através de workshops e oficinas;

- ▶▶ Tradução de conhecimento, através da adaptação do conhecimento científico nacional e internacional para linguagens acessíveis à gestão, à população em geral e à mídia.

Alguns projetos desenvolvidos pelo Instituto Veredas:

- ▶ Veredas contra Covid-19;
- ▶ Futuro da inclusão produtiva - Fundação Arymax e B3 Social;
- ▶ Mapa de Evidências Saúde Prisional e Educação e Trabalho Prisional - Enap e Gnova;
- ▶ Parceiros para aprendizado rápido em sistemas sociais - RREP;
- ▶ Atlas das Juventudes - Em Movimento;
- ▶ Inclusão Produtiva no Brasil - Fundo Pranay e Fundação Arymax;
- ▶ Trajetórias da Cidadania - Fundo Brasil Direitos Humanos;
- ▶ Política de Comunicação para Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura;
- ▶ Judicialização da Saúde - Síntese de Evidências;
- ▶ Estresse entre Profissionais de Segurança Pública - Síntese de Evidências.



Para mais informações, acesse:

<https://www.veredas.org/>

E-mail: contato@veredas.org

11

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A seguir, separamos algumas plataformas que disponibilizam programas de fomento em diversas áreas, como educação, saúde, cultura, Direitos Humanos, entre outras, em que é possível submeter projetos para captação de recursos para investimentos desde a infraestrutura até a oferta dos cursos de formação.

11.1 Plataforma +Brasil

A Plataforma +Brasil foi desenvolvida pelo Ministério da Economia, em substituição ao antigo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), com o intuito de viabilizar o acesso a programas do Governo Federal, financiados com recursos da União, para fomento de projetos em diversas áreas.

Trata-se de uma ferramenta integrada e centralizada, com dados abertos, destinada à informatização, operacionalização e administração dos processos de transferências voluntárias dos recursos da União (oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União) por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, que poderão contemplar estados, municípios, Distrito Federal e entidades privadas sem fins lucrativos, desde que atendam aos critérios estabelecidos pelos editais de chamada e demais normativas que regem o processo (BRASIL, 2021b).

Essa plataforma possibilita o acesso a várias modalidades de transferências de recursos da União, com ferramentas que facilitam a agilização na efetivação dos contratos, além de ser possível fiscalizar e acompanhar de forma transparente o uso desses recursos. Espera-se que até 2022 todas as 30 modalidades de transferências da União sejam operacionalizadas pela Plataforma +Brasil, o que equivale à gestão de aproximadamente R\$ 380 bilhões por ano (BRASIL, 2021b).

Os programas abertos pelo Governo Federal estão disponíveis no portal para que os entes interessados possam submeter seus projetos para captação de recursos. Os investimentos podem contemplar projetos em diversas áreas, como educação, saúde, infraestrutura, emprego, cultura, entre outros.

No *site* o usuário tem acesso a todas as ferramentas e recursos para o cadastro de instituições e projetos, acompanhamento das ações, programas e editais de chamadas, além de cursos de capacitação e aplicativos para gestão, fiscalização e acompanhamento das ações do governo.



Para mais informações, acesse:

<http://plataformamaisbrasil.gov.br/>

Para efetuar cadastro, acompanhar os programas, editais, propostas e realizar os procedimentos para submissão de projetos, acesse o *link*:

<https://idp.plataformamaisbrasil.gov.br/idp/>

Para realizar treinamentos e cursos de capacitação sobre a Plataforma +Brasil, acesse:

<https://treina.portal.plataformamaisbrasil.gov.br/>

<https://www.youtube.com/channel/UCuHMmotV7-0-dBOLAJTa28g/videos>

<http://plataformamaisbrasil.gov.br/treinamentos/a-distancia>

<https://www.escolavirtual.gov.br/>

http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/docs/CGCAT/videos/Video_Novo_Cadastro_Siconv.mp4

11.2 Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN)

Instituído no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Lei Complementar n.º 79, de 7 de janeiro de 1994, e gerido pelo Depen, o FUNPEN é um fundo público, constituído de recursos advindos de dotações orçamentárias da União, doações, convênios, contratos, acordos, fianças, multas de sentenças penais condenatórias, entre outros, que tem a finalidade de “proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades e os programas de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário nacional” (BRASIL, 1994, n.p.).

Os recursos são aplicados em infraestrutura dos sistemas prisionais, manutenção de serviços, aquisição de material permanente, equipamentos e veículos, programas de assistência, entre outros previstos no artigo 3º da referida Lei, com destaque para os incisos V e VI, que dizem respeito ao investimento em formação educacional e trabalho profissionalizante do preso (BRASIL, 1994).

Nesse ponto específico, trazemos as orientações da Nota Técnica n.º 8/2020/COECE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ, quanto ao uso dos recursos para atividades educacionais, esportivas e culturais para o público prisional.

De acordo com as diretrizes do documento (BRASIL, 2020), os recursos fundo a fundo repassados aos Estados poderão ser investidos nas seguintes linhas: a) ampliação e construção de espaços voltados às atividades de educação; b) aparelhamento de salas de informática e salas de audiovisual; c) aquisição de material didático e literário; d) aquisição de mobiliário escolar; e) abertura/execução de turmas de qualificação profissional e tecnológica; f) execução de ações de fomento à leitura; g) implementação de projetos e atividades de cunho cultural e/ou esportivo; e h) realização de encontros e seminários para fortalecimento das ações de educação para pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional e para construção dos Planos Estaduais de Educação em Prisões.

Além disso, o documento traz orientações detalhadas sobre cada uma dessas linhas e de como os Estados poderão elaborar seus planos para implementá-las nos

sistemas prisionais. Nesse sentido, considerando a grande massa da população carcerária e os altos índices de criminalidade e reincidência criminal, a aplicação de recursos do FUNPEN em programas de formação e qualificação profissional e de instalação de salas e laboratórios de informática, dentro dos ambientes prisionais, mostra-se bastante promissor no sentido de fortalecer as ações de formação e reintegração social, conforme previsto na LEP (BRASIL,1984).



Para mais informações, acesse:

<https://www.gov.br/depen/pt-br>.

<https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/funpen>

<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/relatorio-de-execucao-orcamentaria-funpen>

Lei Complementar n.º 79/1994

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp79.htm

Nota Técnica n.º 8/2020

<https://url.gratis/yGPn0Q>

11.3 Fundo Brasil de Direitos Humanos

O Fundo Brasil, organização independente e sem fins lucrativos, apoia projetos na área da defesa de direitos humanos, apresentados por pessoas e organizações não governamentais, a partir de recursos doados por indivíduos, empresas e instituições. Além disso, a fundação concentra ações de fortalecimento dos grupos que trabalham nessa área, por meio da formação técnica e política.

Temáticas trabalhadas pelo Fundo Brasil:

- ▶▶ Direito a cidades justas e sustentáveis;
- ▶▶ Direito à livre expressão, organização e manifestação;

- ▶▶ Direito à livre orientação sexual e identidade de gênero;
- ▶▶ Direito à terra;
- ▶▶ Direitos das mulheres;
- ▶▶ Direitos de crianças e adolescentes;
- ▶▶ Direitos das Juventudes;
- ▶▶ Direitos das populações quilombolas e tradicionais;
- ▶▶ Direitos dos povos indígenas;
- ▶▶ Direitos socioambientais no âmbito dos megaprojetos;
- ▶▶ Enfrentamento ao racismo;
- ▶▶ Enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo;
- ▶▶ Garantia do Estado de Direito e Justiça Criminal.

Além dessas áreas, o Fundo tem uma linha especial que visa fortalecer organizações que atuam no campo da Justiça Criminal, com o intuito de implementar e transformar políticas públicas, que são executados em parceria com outras organizações.



Para mais informações, acesse:

<https://www.fundobrasil.org.br/>

11.4 Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) – Fundo Social

O BNDES tem um Fundo Social, constituído com recursos de uma parcela dos lucros anuais da instituição, que realiza investimentos em projetos de caráter social nas áreas de inclusão produtiva, emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação, desportos, justiça, meio ambiente, entre outras que estejam vinculadas ao desenvolvimento regional e social. Podem participar entidades e órgãos públicos, instituições privadas com sede no país, com ou sem fins lucrativos.

O Fundo apoia:

- ▶▶ Investimentos fixos;
- ▶▶ Aquisição de máquinas e equipamentos;
- ▶▶ Capital de giro associado a um projeto de investimento;
- ▶▶ Capacitação;
- ▶▶ Despesas pré-operacionais.

Os recursos do Fundo são operados por meio de editais de seleção pública e de premiação, além da modalidade de apoio continuado que é firmado por meio de parcerias, a partir de demandas ou fomento, em projetos alinhados aos objetivos do BNDES.



Para mais informações, acesse:

<https://www.bndes.gov.br/>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-fundo-social>

11.5 Programa de Assistência para Projetos Comunitários (APC) - Consulado do Japão no Brasil

O APC é um programa dos consulados e embaixadas japonesas que busca apoiar os países em desenvolvimento, em projetos de pequeno porte, encaminhados por governos locais, órgãos, entidades educacionais, de saúde e ONGs sem fins lucrativos de qualquer nacionalidade.

O Programa atende projetos que possam promover o desenvolvimento socioeconômico da comunidade como construção ou reforma de imóvel próprio, aquisição de equipamentos e/ou bens permanentes, trabalho educativo, entre

outros, com destaque para os projetos com foco nas áreas de atendimento às necessidades humanas básicas, que têm sido os mais aprovados pelo APC.



Para mais informações, acesse:

https://www.sp.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/apc.html

11.6 Fundação Interamericana (IAF)

A IAF é um órgão independente do Governo dos Estados Unidos, que apoia projetos sociais com foco no desenvolvimento das pessoas de baixa renda na América Latina e no Caribe.



Para mais informações, acesse:

<https://www.iaf.gov/pt/>

11.7 BrazilFoundation

A BrazilFoundation mobiliza recursos com uma rede de parceiros para apoiar projetos que possam promover a igualdade, justiça social e gerar oportunidades para o povo brasileiro. Além do apoio financeiro, a instituição oferece apoio técnico e capacitação.

A instituição atua nas seguintes áreas:

- ▶▶ Educação e Cultura;
- ▶▶ Direitos Humanos e Participação Cívica;
- ▶▶ Saúde;

- ▶▶ Desenvolvimento Socioeconômico;
- ▶▶ Meio Ambiente.

Em cada uma dessas áreas é possível localizar os projetos que já foram contemplados pela BrazilFoundation. Na área de Direitos Humanos e Participação Cívica é possível encontrar projetos de qualificação profissional para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos do sistema prisional, que foram financiados pela instituição.



Para mais informações, acesse:

<https://www.brazilfoundation.org/pt-br/>



Facebook: <https://www.facebook.com/brazilfoundation.org>



Instagram: <https://www.instagram.com/brazilfound/>

11.8 Instituto Nelson Wilians

O Instituto Nelson Wilians é uma organização social, sem fins lucrativos, que trabalha em parceria com outras instituições sociais locais, por meio de programas na área da educação e do direito, focados no empoderamento social e na redução das desigualdades sociais de adolescentes, jovens e mulheres.



Para mais informações, acesse:

<https://inw.org.br/>



Instagram: <https://www.instagram.com/institutonw/>

E-mail: contato@inw.org.br

11.9 Instituto Selo Social

O Instituto Selo Social é uma organização da sociedade civil, cuja missão é desenvolver estratégias que estimulem e instrumentalizem pessoas e organizações a contribuírem com o desenvolvimento socioambiental do seu território, através da articulação em rede. Os projetos são desenvolvidos a partir de oito temáticas: inclusão, educação, cultura, urbanização, política, saúde, economia e meio ambiente.



Para mais informações, acesse:

<https://institutoselosocial.org/>

11.10 Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)

A Fase é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua desde 1961 no fortalecimento de grupos sociais, na organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo.

A Fase possui um Serviço de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP), responsável por gerir três fundos de investimento social, para apoio e fomento de projetos sociais com diferentes enfoques: Fundo de Apoio a Pequenos Projetos (FPP), Fundo de Apoio Estratégico (FAE) e Fundos Rotativos Solidários (FRS).

Os interessados em captar recursos para seus projetos devem ficar atentos à publicação dos editais na página da Fase.



Para mais informações, acesse:

<https://fase.org.br/>

Email: fase@fase.org.br

11.11 Porticus

A Porticus é uma fundação holandesa, fundada em 1995, que apoia projetos de governos, ONGs, instituições religiosas, universidades, entidades filantrópicas, entre outras, com atuação em diversos países, inclusive no Brasil.

Trabalhando em articulação com uma rede de parceiros locais e globais, a Porticus concentra suas ações em áreas que possam promover a dignidade humana das pessoas como educação, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, entre outras, a depender da região em que atua.

Na América Latina, as prioridades são:

- ▶▶ Justiça Criminal;
- ▶▶ Desenvolvimento na primeira infância na adversidade;
- ▶▶ Laudato sí’;
- ▶▶ Migração e tráfico humano.

Na área de justiça criminal, a Porticus trabalha junto a organizações que auxiliam os sistemas de justiça na implementação de programas de reabilitação e reintegração, além de propor o desenvolvimento de alternativas de prisões.



Para mais informações, acesse:

<https://www.porticus.com/en/home/>



Instagram: <https://www.instagram.com/porticusglobal/>

11.12 Prosas

No *site* do Prosas estão disponíveis vários editais de instituições nacionais e internacionais com programas de fomento para projetos em diversas áreas.



Para mais informações, acesse:

<https://prosas.com.br/home?locale=pt>

11.13 Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR)

A ABCR é uma organização sem fins lucrativos que representa os profissionais que atuam na captação de recursos, com oferta de cursos de capacitação e disponibilização de materiais, além de um espaço com *links* de editais de chamadas de empresas e instituições que ofertam programas de fomento.



Para mais informações, acesse:

<https://captadores.org.br/>

<https://captadores.org.br/category/c40-editais-abertos/>

11.14 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

O CNPq é uma fundação pública, criada em 1951, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que tem como missão fomentar projetos na área da ciência, tecnologia e inovação.



Para mais informações, acesse:

<https://www.gov.br/cnpq/pt-br>

11.15 Eletrobras

A Eletrobras é uma empresa de geração e transmissão de energia elétrica que tem uma política de responsabilidade social para o fomento de projetos sociais, desde que contemplem as seguintes áreas: saúde e segurança alimentar; infraestrutura; geração de trabalho e renda; garantia dos direitos da criança e do adolescente; meio ambiente; cultura, esporte e lazer; promoção da cidadania; e desenvolvimento territorial e comunidades tradicionais.



Para mais informações, acesse:

<https://eletrobras.com/pt/Paginas/Acoes-e-Projetos-Sociais.aspx>

11.16 Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) Brasil

A Flacso é uma instituição internacional, autônoma e intergovernamental, fundada em 1957 pelos Estados Latino-Americanos, que desenvolve atividades acadêmicas, pesquisas e modalidades de cooperação em países da América Latina e do Caribe, incluindo o Brasil. No *site* tem vários programas e projetos sociais, cursos de formação e aperfeiçoamento profissional, editais de chamadas para fomento de projetos, além de uma biblioteca com vários livros, artigos, vídeos e outros materiais que podem ser baixados gratuitamente.



Para mais informações, acesse:

<http://flacso.org.br/>

11.17 Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

A Finep é uma instituição que fomenta projetos na área da Ciência, Tecnologia e Inovação, com foco no desenvolvimento econômico e social do Brasil, a partir de recursos provenientes de Fundos e de convênios de cooperação com Ministérios, órgãos e instituições setoriais. Podem participar empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas.



Para mais informações, acesse:

<http://www.finep.gov.br/>

11.18 Fundação Ford

A Fundação Ford apoia projetos sociais em vários países do mundo. No Brasil, a fundação já apoiou iniciativas nas áreas da educação, desenvolvimento, saúde e ciências sociais. Atualmente tem atuado nas áreas de direitos humanos, justiça racial, direitos de propriedade de terra, recursos naturais e mídia e liberdade de expressão.



Para mais informações, acesse:

<https://www.fordfoundation.org/our-work-around-the-world/brazil/#lang-pt>

11.19 Fundação Telefônica Vivo

A Fundação Telefônica Vivo trabalha com programas e projetos sociais de educação, empreendedorismo e voluntariado, voltados para estudantes e educadores. Suas ações têm como foco a formação e fluência digital, inovação da prática pedagógica, difusão da cultura do empreendedorismo social e do ensino de programação.



Para mais informações, acesse:

<https://fundacaotelefonicavivo.org.br/>

11.20 Global Innovation Fund (GIF)

O GIF é um fundo sem fins lucrativos, com sede em Londres, que atua na área de inovação e desenvolvimento, com testes rigorosos e escalas que possam melhorar as condições de vida da população pobre mundial. Podem se inscrever empresas com fins lucrativos, organizações sem fins lucrativos, pesquisadores e agências governamentais.



Para mais informações, acesse:

<https://www.globalinnovation.fund/>

11.21 Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE)

O GIFE é uma organização sem fins lucrativos, composta por uma rede de associados de diversas origens (familiar, empresarial, organização comunitária etc.), que juntos investem em média 2,9 bilhões por ano em projetos na área social, a partir de oito estratégias:

- Alinhamento do investimento social às políticas públicas;
- Alinhamento entre investimento social e o negócio;
- Ampliação da doação no investimento social privado;
- Avaliação;
- Comunicação;
- Fortalecimento das organizações da sociedade civil;
- Governança e Transparência;
- Negócios de impacto social.



Para mais informações, acesse:

<https://gife.org.br/>

11.22 Instituto Legado

O Instituto Legado é uma organização sem fins lucrativos, criada em 2013, que tem o propósito de impulsionar o empreendedorismo social no Brasil. Atualmente trabalha com dois projetos: o Projeto Legado e o Legado Semente. O primeiro é voltado para iniciativas de impacto socioambiental e o segundo para *startups* de impacto.



Para mais informações, acesse:

<https://institutolegado.org/>

11.23 Instituto Unibanco

O Instituto Unibanco, criado em 1982 e mantido com recursos do fundo patrimonial (*endowment*), atua na área da educação, apoiando projetos e iniciativas que promovam a melhoria e eficiência do ensino nas escolas públicas do Brasil. O Instituto atua em quatro frentes:

- ▶▶ Conceber, desenvolver, implementar e avaliar soluções para a gestão educacional;
- ▶▶ Produzir e difundir conhecimento sobre essas soluções, com base em evidências empíricas e na investigação científica;
- ▶▶ Apoiar iniciativas para vencer os desafios do Ensino Médio;
- ▶▶ Ocupar posições estratégicas e intensificar articulação junto aos principais atores e tomadores de decisão de políticas públicas na área da educação.



Para mais informações, acesse:

<https://www.institutounibanco.org.br/>

11.24 Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSCs)

O Mapa das OSCs é uma plataforma virtual que contém dados e informações das OSCs de todo o Brasil, cujos objetivos são:

- ▶▶ Dar transparência à atuação das OSCs, principalmente ações executadas em parceria com a administração pública;
- ▶▶ Informar mais e melhor sobre a importância e diversidade de projetos e atividades conduzidas por essas organizações;
- ▶▶ Disponibilizar dados e fomentar pesquisas sobre OSCs; e
- ▶▶ Apoiar os gestores públicos a tomarem decisões sobre políticas públicas que já têm ou possam ter interface com OSCs.

Além disso, o *site* oferece um vasto material sobre as OSCs e um espaço destinado à publicação de editais com programas de fomento ofertados por várias instituições.



Para mais informações, acesse:

<https://mapaosc.ipea.gov.br/editais.html>

11.25 Oi Futuro

O Oi Futuro, em parceria com outras instituições, desenvolve e fomenta ações e iniciativas transformadoras nas áreas de educação, cultura e inovação social, cujo propósito é promover a inclusão e a diversidade.



Para mais informações, acesse:

<https://oifuturo.org.br/>

11.26 OPEC FUND - Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional

O Fundo da OPEP é uma instituição financeira, criada em 1976, que atua em cooperação com parceiros de países em desenvolvimento, com vistas a promover e impulsionar o desenvolvimento econômico e o progresso social desses países. Com atuação global, a instituição financia projetos que possam atender às necessidades essenciais das pessoas, como alimentos, energia, infraestrutura, emprego, água potável e saneamento, saúde e educação. Ao todo já foram contemplados projetos de mais de 125 países, incluindo o Brasil.



Para mais informações, acesse:

<https://opecfund.org/>

11.27 Open Society Foundations

A Open Society Foundations é uma instituição internacional, fundada por George Soros, que atua em mais de 120 países do mundo, por meio de programas nas áreas da justiça, governança democrática, saúde, educação, direitos humanos, entre outras áreas e temas.

A instituição possui um enfoque especial para a população marginalizada, aquela parcela da população que enfrenta discriminação social pelo fato de ser quem são como os ciganos, usuários de drogas, prisioneiros e profissionais do sexo.



Para mais informações, acesse:

<https://www.opensocietyfoundations.org/>

12

MATERIAIS E CURSOS

Separamos alguns materiais de apoio para aqueles que almejam trabalhar com a captação de recursos para executar os projetos da instituição.



Manual de Captação de Recursos desenvolvido pelas autoras Andrea Goldschmidt e Sylvia Calfat, traz orientações sobre captação de recursos, como participar e como elaborar projetos.

<https://url.gratis/kKXtyC>



Curso gratuito de captação de recursos

<https://ead.escolaaberta3setor.org.br/>



Guia de campanhas: Dia de doar

<https://url.gratis/NU7nnY>



Capacitação sobre a Plataforma +Brasil

<https://url.gratis/Ze2azN>

13

ACOMPANHAMENTO

Recomendamos a instituição e implementação de uma comissão para atuar com as políticas de formação e qualificação profissional para a população carcerária. Essa comissão ficaria responsável pela elaboração de projetos, acompanhamento e fiscalização das obras, contratação dos serviços e demais profissionais, busca de parcerias com instituições públicas e/ou privadas, captação de recursos junto a órgãos e agências de fomento, elaboração e tramitação de documentos, acompanhamento do processo formativo, planejamento anual das atividades formativas, acompanhamento dos egressos, prestação de contas, entre outras atribuições pertinentes à formação e qualificação profissional da população carcerária.

O ideal é que a comissão seja mista, composta por membros dos órgãos da justiça, da educação, da assistência social, do trabalho, da psicologia, dos sistemas prisionais e da sociedade civil. Entre os membros do sistema prisional, é importante a participação de um egresso e de um representante dos reclusos, que podem ser escolhidos dentre aqueles que demonstrem interesse e/ou que tenham perfil para representar seus pares. As atribuições de cada membro vão depender das especificidades do cargo ou função na comissão.

A comissão deve organizar reuniões ordinárias (mensais, bimestrais ou trimestrais), de acordo com cronograma estabelecido, em data e horário que possibilitem a participação de todos os membros, ou pelos menos a maioria. Em casos urgentes, poderão convocar reuniões em caráter extraordinário. Cabe à comissão a responsabilidade pela elaboração de atas, regimentos e demais documentos pertinentes às suas atribuições.

Abaixo segue sugestão de membros da comissão, que poderá ser alterada de acordo com as necessidades e demandas do sistema prisional.

Presidente

- ✓ Representa a comissão em eventos e demais atividades;
- ✓ Convoca as reuniões da comissão;
- ✓ Elabora documentos e emite pareceres em matéria de sua competência;
- ✓ Participa da elaboração e aprovação do planejamento anual das atividades formativas;
- ✓ Participa da elaboração de projetos;
- ✓ Busca parcerias com instituições públicas e/ou privadas;
- ✓ Decide sobre casos omissos, não previstos nessa proposta.

Vice-Presidente

- ✓ Substitui o presidente em sua ausência;
- ✓ Elabora documentos e emite pareceres em matéria de sua competência;
- ✓ Participa da elaboração e aprovação do planejamento anual das atividades formativas;
- ✓ Participa da elaboração de projetos;
- ✓ Participa das reuniões, quando convocado;
- ✓ Busca parcerias com instituições públicas e/ou privadas;
- ✓ Fiscaliza o andamento dos projetos;

Secretário

- ✓ Auxilia o presidente e o vice-presidente;
- ✓ Organiza a agenda do presidente e vice-presidente;
- ✓ Elabora, assina e tramita documentos, quando necessário;
- ✓ Participa da elaboração de projetos;
- ✓ Organiza as pautas das reuniões;
- ✓ Participa das reuniões, quando convocado;
- ✓ Elabora atas de reunião;

- ✓ Participa da elaboração e aprovação do planejamento anual das atividades formativas;

Tesoureiro

- ✓ Responsável pelas compras e contratação de serviços;
- ✓ Participa da elaboração e aprovação do planejamento anual das atividades formativas;
- ✓ Participa da elaboração de projetos;
- ✓ Acompanha os editais de projetos;
- ✓ Viabiliza os procedimentos para captação de recursos;
- ✓ Efetua os pagamentos de compras e serviços;
- ✓ Realiza a cotação de preços;
- ✓ Emite relatório de prestação de contas;
- ✓ Elabora documentos e emite pareceres em matéria de sua competência
- ✓ Participa das reuniões, quando convocado;

Assessor jurídico

- ✓ Acompanha todos os processos e emite pareceres jurídicos em matéria de sua competência;
- ✓ Participa da elaboração e aprovação do planejamento anual das atividades formativas;
- ✓ Participa da elaboração de projetos;
- ✓ Elabora, assina e tramita documentos, quando necessário;
- ✓ Participa das reuniões, quando convocado;

Psicólogo

- ✓ Elabora documentos e emite pareceres em matéria de sua competência;
- ✓ Seleciona os cursos e dinâmicas que serão aplicados no decorrer do ano;
- ✓ Realiza pesquisa e avaliação com os internos e com os profissionais que participam dos processos formativos;

- ✓ Participa da elaboração e aprovação do planejamento anual das atividades formativas;
- ✓ Participa da elaboração de projetos;
- ✓ Participa das reuniões, quando convocado;
- ✓ Acompanha os resultados do projeto;

Assistente social

- ✓ Elabora documentos e emite pareceres em matéria de sua competência;
- ✓ Seleciona os cursos que serão aplicados no decorrer do ano;
- ✓ Realiza pesquisa e avaliação com os internos;
- ✓ Participa da elaboração e aprovação do planejamento anual das atividades formativas;
- ✓ Participa da elaboração de projetos;
- ✓ Participa das reuniões, quando convocado;
- ✓ Acompanha os resultados do projeto;

Pedagogo

- ✓ Elabora documentos e emite pareceres em matéria de sua competência;
- ✓ Seleciona os cursos e dinâmicas que serão aplicados no decorrer do ano;
- ✓ Realiza pesquisa e avaliação com os internos e com os profissionais que participam dos processos formativos;
- ✓ Participa da elaboração e aprovação do planejamento anual das atividades formativas;
- ✓ Participa da elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos;
- ✓ Participa da elaboração de projetos;
- ✓ Participa das reuniões, quando convocado;
- ✓ Acompanha os resultados do projeto;
- ✓ Acompanha a atuação da equipe profissional;
- ✓ Organiza reuniões com a equipe profissional;

Representante dos reclusos/egressos

- ✓ Participa das reuniões, quando convocado;
- ✓ Representa seus pares nas reuniões;
- ✓ Reúne com seus pares para levantamento de demandas de cursos de formação;
- ✓ Auxilia no processo de escolha de monitores entre seus pares;
- ✓ Participa das decisões;
- ✓ Participa da elaboração e aprovação do planejamento anual das atividades formativas;

Representantes da sociedade

- ✓ Participa das reuniões, quando convocado;
- ✓ Participa da elaboração e aprovação do planejamento anual das atividades formativas;
- ✓ Participa da elaboração de projetos;
- ✓ Outras funções atribuídas pela comissão.

Estagiário

- ✓ Auxilia a comissão na execução das atividades;
- ✓ Acompanha o andamento do projeto;
- ✓ Participa das reuniões, quando convocado;

Essas são algumas sugestões de atribuições, que são passíveis de alterações, dependendo da quantidade de membros, do tipo de trabalho a ser realizado e dos propósitos que se deseja alcançar. O trabalho e as ações da comissão podem ser acompanhados e fiscalizados por outros órgãos da justiça, como o Tribunal de Justiça, Ministério Público, Ordem dos Advogados, entre outros.

14

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de estudos e demandas levantadas pelos recuperandos da APAC Ituiutaba-MG, organizamos este guia como um norteador à implantação, implementação e fortalecimento das políticas de formação e qualificação profissional para a população prisional, pois vimos, pelos dados coletados na pesquisa desenvolvida, a carência, diga-se ausência, de cursos profissionalizantes nos ambientes prisionais, tanto na APAC quanto nos presídios comuns, conforme estudo realizado por Moura (2019).

Diante dessa situação, apontamos alguns caminhos possíveis como a construção de Laboratórios de Informática, que poderá auxiliar na oferta de cursos profissionais na modalidade a distância, nas aulas da EJA e em cursos profissionais presenciais; a elaboração de uma lista com *links* e informações de plataformas digitais de cursos e materiais formativos, que podem ser acessados virtualmente por meio de computadores e que ajudarão a suprir as carências de oferta de cursos profissionais nos presídios; a apresentação de alguns programas e projetos já existentes, como, por exemplo, os Projetos Alvorada e Começar de Novo, os Programas Fazendo Justiça, Novos Caminhos e Pronatec; a seleção de algumas instituições e fundos que podem se tornar parceiros dos sistemas prisionais na implementação das políticas de formação, incluindo aquelas que disponibilizam programas e editais de fomento, que podem ajudar na captação de recursos para a execução dos projetos; por fim, como forma de acompanhamento, a sugestão de se criar uma comissão para atuar frente às políticas de formação e qualificação profissional dentro dos ambientes prisionais, à qual ficaria responsável por elaborar os projetos, firmar parcerias com entes públicos e privados e captar recursos junto a instituições e agências de fomento.

Acreditamos que a formação, tanto educacional quanto profissional, não deve se restringir ao espaço normativo legal, como também não deve ocupar a função exclusiva de remição da pena ou de instrumento para conter a ociosidade dentro dos presídios, ela deve ser capaz de ultrapassar os limites dos muros da prisão de forma a provocar mudanças no pensar e agir dos sujeitos encarcerados, numa perspectiva de formação humana e emancipadora, para que, ao sair da prisão, eles possam ter condições reais de reintegrar na sociedade.

Nesse sentido, é preciso avançar para torná-la um direito real, efetivo e concreto. Para isso, é necessário buscar caminhos e alternativas, articular e dialogar com outros sujeitos, entes públicos, privados e sociedade civil, buscando o fortalecimento e a concretização das políticas de formação e qualificação profissional dentro dos ambientes prisionais.

Assim sendo, deixamos este guia e o material nele disponível aos que desejam tornar a prisão um espaço mais humanizado e mais digno, onde a pena não cumpra apenas o papel punitivo, mas também educativo e formativo, a fim de que seja possível devolver à sociedade sujeitos com perspectivas de vida, de trabalho e que almejem outras possibilidades, que não seja o crime.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. **Lei complementar n.º 79, de 07 de janeiro de 1994**. Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências. Brasília, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp79.htm. Acesso em: 23 abr. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **CARTILHA: Recomendações para a Montagem de Laboratórios de Informática nas Escolas Rurais**. Secretaria de Educação a Distância – SEED/Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004304.pdf>. Acesso em: 01 maio 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n.º 96, de 27 de outubro de 2009**. Dispõe sobre o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário, institui o Portal de Oportunidades e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/65>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) [...]. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. Portaria n.º 306, de 17 de agosto de 2018. Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de subsidiar a formulação e a implementação de medidas visando a ampliação do "Projeto Alvorada - Inclusão Social e Produtiva de pessoas presas e egressas do Sistema Prisional". **Diário Oficial da União**: Brasília, 18 set. 2018a. Seção 1, p. 50. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41226920/do1-2018-09-18-portaria-n-306-de-17-de-agosto-de-2018-41226794. Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 9.450, de 24 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das

peçoas presas e egressas do sistema prisional, e regulamenta o § 5º do art. 40 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o disposto no inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição e institui normas para licitações e contratos da administração pública firmados pelo Poder Executivo federal. Brasília, 2018b.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9450.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Nota Técnica n.º**

1/2018/COECE/CGPC/DIRPP/DEPEN/MJ. Brasília, 2018c. Disponível em:

<http://www.fn.de.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/105-noticias?download=11871:nota-tecnica>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Banco Nacional de Monitoramento de**

Prisões (BNMP 2.0): Cadastro Nacional de Presos. Brasília, 2018d. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/57412abdb54eba909b3e1819fc4c3ef4.pdf>.

Acesso em: 28 maio 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n.º 307, de 17 de dezembro de**

2019. Institui a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no

âmbito do Poder Judiciário, prevendo os procedimentos, as diretrizes, o modelo

institucional e a metodologia de trabalho para sua implementação. Brasília, 2019.

Disponível em:

<https://atos.cnj.jus.br/files/original153009202001105e1898819c054.pdf>. Acesso em:

15 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Nota Técnica n.º**

8/2020/COECE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ. Orientações para a utilização dos

recursos do Fundo Penitenciário Nacional – Funpen. Brasília, 2020. Disponível em:

<https://www.gov.br/depen/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/fundo-penitenciario-nacional-funpen/Orientacoes%20para%20a%20utilizacao%20dos%20recursos%20do%20Fund>

[o%20Penitenciario%20Nacional%20-%20FUNPEN.pdf/view](https://www.gov.br/depen/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/fundo-penitenciario-nacional-funpen/Orientacoes%20para%20a%20utilizacao%20dos%20recursos%20do%20Fund). Acesso em: 23 abr.

2021.

2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Fazendo Justiça**. Brasília, 2021a. Disponível

em: <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/fazendo-justica/>. Acesso em: 01

maio 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Plataforma +Brasil**. Brasília, 2021b. Disponível

em: <http://plataformamaisbrasil.gov.br/>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CONNECTAS Direitos Humanos. **Brasil se mantém como 3º país com maior**

população carcerária do mundo. São Paulo, fev. 2020. Disponível em:

<https://www.conectas.org/noticias/brasil-se-mantem-como-3o-pais-com-a-maior-populacao-carceraria-do-mundo>.

Acesso em: 10 fev. 2021.

FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. Ano 14. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOMES, Luzivone Lopes; MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. O uso do laboratório de informática educacional: partilhando vivências do cotidiano escolar. In: SOUSA, RP., et al., orgs. **Teorias e práticas em tecnologias educacionais** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 151-174. ISBN 978-85-7879-326-5. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fp86k/pdf/sousa-9788578793265-07.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

GOMES, Priscila de Lima. **Egressos do sistema prisional: há possibilidade de reinserção no convívio social pela educação profissional?** 2020. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Morrinhos, Morrinhos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/1323>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte geral**. 19. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2017. Disponível em: <https://forumdeconcursos.com/wp-content/uploads/wpforo/attachments/2/1296-Curso-de-Direito-Penal-Vol-1-Parte-Geral-2017-Rogrio-Greco.pdf>. Acesso em: 03 out. 2019.

IFSP- INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. **Projeto Alvorada**. Campinas, 2017. Disponível em: <https://portal.cmp.ifsp.edu.br/index.php/component/content/article/65-extensao/145-projeto-alvorada>. Acesso em: 07 abr. 2021.

IFSP - INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. Projeto Alvorada – IFSP Campinas. **YouTube**, 2018 [21:28:00]. Disponível em: <https://youtu.be/F88-r7IIaq8>. Acesso em: 09 abr. 2021.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Reincidência Criminal no Brasil**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf. Acesso em: 01 maio 2021.

LIMA, Willian Rayner. **A educação profissional e a reintegração social dos presos: um estudo de caso no centro de internamento e reeducação do distrito federal**. 2020. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Morrinhos, Morrinhos,

2020. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/1328>. Acesso em: 10 jun. 2021.

LÖBLER, Mauri Leodir; LÖBLER, Laurenita Maria Bulegon; NISHI, Juliana Mayumi. Os Laboratórios de Informática em Escolas Públicas e sua Relação com o Desempenho Escolar. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 10, n.º 3, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/36433/23528>. Acesso em: 26 mar. 2021.

MOURA, Marcos Vinicius (Org.). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: atualização junho de 2017. Brasília, 2019. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

SÃO PAULO. Secretaria de Administração Penitenciária. “Projeto Alvorada: Formação e inclusão de egressos do sistema prisional” é lançado no Instituto Federal SP/Campinas. **Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania**: São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.reintegracaosocial.sp.gov.br/noticia.php?noticia=665>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SILVA, Helil Bruzadelli Pereira da. **Relatório sobre a execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec no sistema prisional** [produto 6]. 280 f. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/dirpp/cgpc/acoes-de-educacao/Produto6__PRONATEC.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

OS AUTORES



Márcia de Souza Oliveira Paes Leme Alberto

<http://lattes.cnpq.br/5433577758429371>

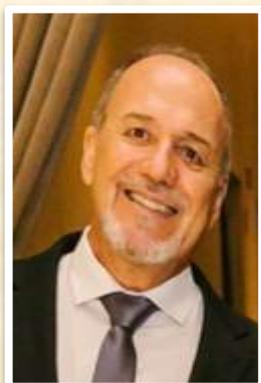
Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Uberlândia-MG. Especialização em Instrumentalidade do Serviço Social pela Faculdade Única de Ipatinga-MG. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), *Campus Morrinhos-GO*. Servidora pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).



Léia Adriana da Silva Santiago (Orientadora)

<http://lattes.cnpq.br/3763464815080030>

Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná, com estágio pós-doutoral na Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha. Professora Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). Atua no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IF Goiano.



Marco Antônio de Carvalho (Coorientador)

<http://lattes.cnpq.br/7042220750846412>

Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, com pós-doutorado em currículo e formação profissional agrícola pela Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha. Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). Atua no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IF Goiano.

